



## ATA DE REUNIÃO DO GRUPO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Às 16h39min do dia 06 de fevereiro de 2012, no Auditório da OAB - Seção Maranhão, reuniram-se as instituições componentes do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário, elencadas nesta lavra pelas assinaturas dos respectivos representantes das instituições.

Iniciando a Reunião, a Assessora de Administração e Secretária do GMF Lícia Dias abre a reunião, chamando o Sr. Antonio Pedrosa, para coordenar a reunião na qualidade de anfitrião. O Sr. Antonio Pedrosa agradece a presença de todos e reafirma o compromisso da OAB com os debates do GMF, valoriza a importância do GMF e louva a presença do MM. Juiz Douglas Martins, dos representantes da SEJAP, em especial ao Sr. Bispo Serejo e a Srª Leopoldina Amélia Barros. Questiona as pendências de 2011, no sentido de se fazer uma reunião de cunho prático e operacional. Passa a fazer sugestões de pauta: as interdições nas unidades prisionais e as obras a serem realizadas para se montar estratégias de ação. Após isso, afirma a importância de trabalharmos os problemas práticos que estão ocorrendo, como, por exemplo, as dificuldades da Defensoria Pública do Estado com a tramitação dos processos. Em seguida, passa a palavra ao MM. Dr. Douglas Martins, que logo solicita a leitura da Ata da Reunião anterior, ao que o Sr. Paulo Guilherme corresponde, lendo a referida Ata. Após isso, chama a Srª. Leopoldina Barros para falar sobre a intenção da SEJAP. A Srª. Leopoldina afirma que o foco da SEJAP é a gestão compartilhada, especialmente com o GMF, com a iniciativa privada e demais poderes estatais; diminuir a superlotação das unidades prisionais; reduzir o déficit de vagas no sistema prisional do Estado do Maranhão; reformar 20 unidades prisionais; a importância da divulgação das obras da SEJAP para a sociedade; necessidade de remoção de presos, na qual é importante a compreensão da sociedade com esta situação; a meta da SEJAP é a regionalização dos trabalhos. A Srª. Leopoldina afirma que em breve se iniciará a construção do Presídio de Pinheiros, cujo processo encontra-se na Comissão

A row of handwritten signatures in black ink, likely representing the signatures of the participants mentioned in the text above. The signatures are somewhat stylized and vary in legibility.

Central de Licitação do Governo do Estado, que disporá de recursos federais, processo no qual a SEJAP está se empenhando e ainda hoje pela manhã efetivou na Caixa Econômica Federal os trâmites necessários; em Chapadinha o projeto está no DEPEN para se levar adiante. A Sr.<sup>a</sup> Leopoldina afirma que a SEJAP tem consciência do seu papel social nos vieses: disciplina (levada a efeito pela Secretaria Adjunta de Estabelecimentos Penais) e o cumprimento da LEP, com ênfase nos artigos 10,11 e 12. A Sr.<sup>a</sup> Leopoldina afirma que a estrutura organizacional está aquém da necessidade, em função da carência de cargos comissionados, funções gratificadas, regimento interno, regulamento do sistema prisional (importante ferramenta de gestão), treinamento de agentes e inspetores prisionais para otimização dos serviços. Em seguida, o Dr. Douglas cita a interdição total do Centro de Triagem de Pedrinhas e as interdições parciais da CCPJ de Pedrinhas e do CDP de Pedrinhas. Após isso, o Defensor Público Dr. Alberto Bastos explicita o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), a partir do qual foram realizadas 3 inspeções conjuntas da DPE e do GMF, com a participação do Desembargador Froz Sobrinho. Dr. Alberto afirmou ainda que o diálogo com a SEJAP está adiantado para a implementação de obras de higienização e iluminação, assinado hoje com o Governo do Estado para retirar 600 presos da capital e reformar o CDP de Pedrinhas e o Centro de Triagem de Pedrinhas. O Dr. Alberto afirma que depende de nós, DPE, MP e TJMA, fiscalizar as reivindicações. O pleito ao GMF é fiscalizar as unidades prisionais. O Dr. Alberto Bastos cita ainda os três convênios assinados: - com o SENAI para a realização de cursos internos e externos; - com a República das Málhas, para encaminhamento de 10 apenados para o trabalho; - com a Lua Nova para o encaminhamento de 60 apenados para o mercado de trabalho. O Dr. Alberto sugere chamar a iniciativa privada para apoiar essas iniciativas. A Sr.<sup>a</sup> Leopoldina Barros afirma que a SEJAP conveniou com o Projeto Raiar da Liberdade (Imperatriz) e a Lavamatic; afirma também que o projeto do Centro de Triagem e Cartório Central de Imperatriz vai para local adequado ao seu perfil, com documentos e uniformes. Esse projeto está em fase de orçamento com a Dr.<sup>a</sup> Cristiane da SEJAP. O promotor de justiça Cláudio Cabral, representando a AMPEM justifica sua ausência na reunião passada pois estava aplicando prova na UNDB, bem como cita os presentes que atuam na Execução Penal. O promotor Cabral, com receio de que estejamos andando em círculos, numa discussão de mais de 20 anos. O promotor Cabral afirma que o TAC na CCPJ do Anil não foi cumprido integralmente, que o Maranhão tem 1% da população carcerária do

*Raiar*

*✓*

*2*

*Pau*

país e, ainda assim, não sabemos lidar com os problemas de fiscalização, cobrança e responsabilização quanto aos TAC's: qual o preço disso? Quem paga? Questiona a competência dos técnicos maranhenses. Elogia a decisão corajosa do Dr. Douglas. O Sr. Marconi, presidente da Associação dos Delegados afirma o apoio da ADEPOL à decisão do Dr. Douglas, que temos mais de 1.800 presos em delegacias de polícia. A Sr.<sup>a</sup> Leopoldina afirma que o Maranhão dispõe de 20 milhões do Governo Federal para reformas nas unidades prisionais, mas que não se faz reforma só com verba federal, tem que haver uma atitude política do Governo do Estado para investir no sistema penitenciário, posto que o CNJ seja contra a permanência de presos nas delegacias. A Sr.<sup>a</sup> Leopoldina afirma ainda que, para a construção dos Presídios de Pinheiro e Santa Inês, foram captados 20 milhões de verba federal através de convênio com o DEPEN, Caixa Econômica Federal e Governo do Maranhão, no dia 20/12/2011, sendo que os 25% da contrapartida do Estado do Maranhão já estão alocados para as referidas construções e que todas as reformas estão sendo feitas com recursos do Tesouro Estadual. A Sr.<sup>a</sup> Leopoldina afirma ainda a transferência de presos do prédio do Olho d'Água para o bairro Monte Castelo, no intuito de abrir espaço no Olho D'água para presos provisórios. O Sr. Antonio Pedrosa afirma que vê-se numa situação muito difícil, qual seja a de falar mal dos outros: a insensibilidade dos juízes das comarcas do interior. Afirma que tem que haver uma liminar proibindo a vinda de presos provisórios do interior para a capital. Afirma ainda que tramitação dos processo na 1<sup>a</sup> VEC é lenta, os processos demoram no MP, demoram no TJMA, e que são processos que envolvem requerimento de progressão de regime. O Sr. Antonio Pedrosa cobra do poder Judiciário um sistema de acompanhamento processual mais eficiente, quer saber quem são as pessoas que estão recebendo das empreiteiras, quais os telefones das varas e quem esconde informações com medo de apanhar em público, quem são os contratados, quais são as empresas, quais os repasses, se há atraso nos pagamentos e por quê?. Após isso, o Sr. Cabral lembra a Lei Complementar nº. 14, segundo a qual o preso tem que vir com Carta Precatória; lembra ainda a questão estrutural dos mutirões, onde faltam, juízes, promotores, defensores, etc, apesar da ENASP pretender criar o dia nacional do Mutirão. O Sr. Cabral expõe a diferença no percentual do orçamento do Estado do Maranhão destinado às instituições: 6% para o TJMA, 2% para o MP e 0,5% para a DPE. Afirma ainda a necessidade de um relatório conclusivo apontando as falhas em cada órgão. A Sr.<sup>a</sup> Leopoldina Barros afirma



3



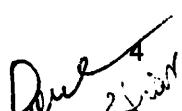
que há 10 dias a SEJAP expediu ofício para a Secretaria de Planejamento no intuito da realização de concurso público, sendo que a SEPLAN está convocando empresas para realizar o concurso. A SEPLAN detectou que a empresa responsável pela construção da Unidade Prisional de Santa Inês abandonou a obra em janeiro de 2012, apesar de ter recebido R\$ 319.402,77. O Advogado Roberto Charles vislumbra uma solução de continuidade: - a VEC não funciona: tem alguma coisa errada, várias representações contra o juiz; - é preciso ouvir sem personalizar; - há uma impressão de satisfação para a sociedade. O Sr. Marconi da ADEPOL afirma que mais de 390 investigadores e mais de 60 delegados estão em processo de aposentadoria, e que das delegacias só não fogem quem não quer, que urgem providências para ampliação de presídios e cadeias públicas e que preso de justiça não é problema de delegado de polícia. O Sr. Marconi afirma que as reformas (pintura) e a cobrança dos serviços integram o processo do sistema penitenciário. O Dr. Douglas encerra a reunião, às 18h20min lendo as principais cláusulas do TAC no qual a DPE foi a autora e o MP foi participante: - compromisso da SEJAP e DPE em construir sala de aula da presos provisórios estudarem; - prazo de 12 meses para implantação de detectores de metais nas unidades prisionais; - desenvolvimento do banco de dados com nome do preso, data da prisão e demais estatísticas. Sem mais nada a dispor, eu, Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues, psicólogo do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão, lavro esta ATA.

#### ASSINATURAS DOS PRESENTES:

Luis Antonio C. Pedrosa  
Representante da OAB

Douglas da Silva Martins  
Juiz Auxiliar da 2ª VEP

Jamir Aguiar da Silva  
Juiz Titular da 1ª VEP

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Douglas da Silva Martins".



**Leopoldina Amélia Barros**  
Secretária Adjunta da SEJAP

**José Cláudio Cabral**  
Promotor de Justiça

**Irma Helen Souza**  
Assessoria de Comunicação do TJMA

  
**Antonio Marcos Alves Matos**  
Assessor Jurídico da SEMU

  
**Marilene Aranha Carneiro**  
Coordenadora da CEAE

  
**Gerson Lelis Costa**  
Representante da CEAE

**Alberto Pessoa Bastos**  
Defensor Público

  
**Paulo Rodrigues da Costa**  
Defensor Público

**Antonio Petterson B. Rego Leal**  
Defensor Público

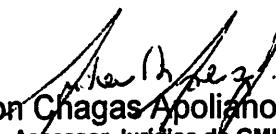
**Raimundo César de S. Martins**  
Representante da Ouvidoria da SEDIHC

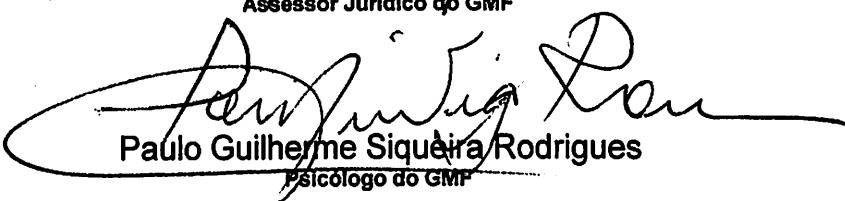


**Edmée Maria Leite**  
Representante da Assembléia Legislativa

**Thayara Castelo Branco**  
Representante da SEDIHC

**Wellington Coelho Filho**  
Representante da SEJAP

  
**Ariston Chagas Apoliano Junior**  
Assessor Jurídico do GMF

  
**Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues**  
Psicólogo do GMF

  
**Lícia Dias Privado**  
Assessora Administrativa e Secretária do GMF

  
**Raissa Costa**

Assistente Técnico do GMF

**Jesus Martins de Oliveira Junior**  
Técnico do GMF

**Thyago Monteiro**  
Assistente de Administração do GMF

**Eduardo Ericeira**  
Representante do Grupo Difusora

**Roberto Charles de M. Dias**  
Advogado



## ATA DE REUNIÃO DO GRUPO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Às 16h44min do dia 19 de março de 2012, no Auditório da SEMU – Secretaria de Estado da Mulher, reuniram-se as instituições componentes do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário, elencadas nesta lavra pelas assinaturas dos respectivos representantes das instituições.

Iniciando a Reunião, a Secretária de estado Catharina Bacelar agradece a presença de todos, lembra a luta das mulheres pelos seus direitos e deseja melhorias para a saúde do Desembargador Froz Sobrinho. Após isso, a Assessora de Administração e Secretária do GMF, Srt<sup>a</sup>. Lícia Dias Privado, agradece a Secretária de estado da Mulher e a toda a sua equipe, em especial a Srt<sup>a</sup> Brisa, bem como a equipe da SEJAP pelos trabalhos desenvolvidos junto ao GMF. A srt<sup>a</sup>. Lícia Dias chama o MM. Juiz Auxiliar da 2<sup>a</sup>. VEP Douglas Martins, que agradece a Secretária de Estado e anfitriã da Reunião, e passa a relatar o levantamento feito pelo GMF e pela Corregedoria do TJMA, sob a Coordenação desse juiz, da situação de presos provisórios do Maranhão, este levantamento consistiu em consulta a todas as varas criminais do Estado pelo sistema JURISCONSULT, partindo de dados pela SSP, SEJAP e informações do Infopen. Concluiu pela constatação de que as instituições não tem informações precisas sobre os presos do Estado do Maranhão. Não sabem quem mandou prender? Por ordem de quem? Esse é dos motivos de alguns alvarás de soltura ou habeas-corpus demorarem para serem cumpridos. De 6.000 presos (sentenciados e provisórios), não se tinha informação mais de 30% dessa população. O restante de 70% que tem a informação, contém erros em aproximadamente 30% dos casos levantados. Decorreu cerca de 1 mês para o cruzamento das informações. No funcionamento das varas criminais há distorções absurdas: Médias baixíssimas de presos provisórios e outras com quase 100%. Dr. Ernesto, titular da 3<sup>a</sup> Vara Criminal de Imperatriz, tem o melhor percentual (um dos melhores do Estado), próximo de 30% (abaixo da média nacional = 44%), o que significa dizer que está realizando um trabalho



eficiente. Média de presos provisórios do Maranhão: 68% segundo o Infopen, mas segundo o levantamento feito é de 52%, porque o Infopen considera provisórios todos os presos que estão em Delegacias. As varas especializadas tem um funcionamento melhor. Os dados foram passados para a Corregedoria de Justiça, com a perspectiva de auxiliar no estabelecimento de programas que melhorem o funcionamento do sistema carcerário. Os problemas recentes são: greve de fome e superlotação.

O Ministério Público, a Defensoria Pública do Estado e a SEJAP firmaram 3 TAC's: 1) CCCP Anil: interdição e reforma; 2) Presos provisórios: inaugurar unidades no interior e retirar 600 presos provisórios da Capital até dezembro de 2012, com prestação de contas trimestral. O domínio das facções no interior das unidades prisionais é uma grande preocupação nossa. As greves de fome não são reais. Quando se aproxima a chegada da ordem para a greve, as famílias levam comida para armazenamento prévio pelos presos. É preciso repensar a ida de presos para presídios federais! O Maranhão não tem presídio de segurança máxima com cela individual, para desarticular as organizações criminosas. Após a fala do Dr. Douglas Martins, o Sr. Solon Miranda, Chefe de Gabinete do Desembargador Fróz Sobrinho afirmou que o Desembargador está se recuperando bem. Afirmou ainda que o Maranhão se destaca no cenário nacional da execução penal, pois o nosso GMF foi inspirador para o CNJ. O Maranhão parece ser o único Estado que possui um grupo disposto a tratar dessas questões. O novo sistema (SCN) está sendo pensado para dar subsídio aos magistrados da execução penal, sob a gestão do Desembargador Froz e coordenação tecnológica de Solón. Recomenda a leitura do livro Execução Penal à Luz do Método APAC e pede sugestões para levar para a reunião do dia 23 em Brasília. Após isso, a MM. Drª. Samira Heluy, fala da situação atual de Imperatriz: Tanto a obra de construção do Centro de Ressocialização (novo presídio) como as obras de ampliação e reforma da CCPJ e da Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis estão atrasadas, cujos prazos para conclusão e inauguração estão sendo reiteradamente prorrogados. A situação da 10ª Delegacia Regional da Polícia Civil só se agrava, tanto no que diz respeito à população carcerária quanto à falta de segurança no local, desencadeando, na última sexta-feira, início de greve de fome por parte dos presos, como forma de protesto. No último sábado, durante o plantão judicial, nos autos de ação cautelar inominada ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL em face do ESTADO DO MARANHÃO, a juíza informa que concedeu a liminar pleiteada, determinando a



transferência dos presos para outra unidade prisional que não esteja interditada, no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação, em quantidade que possibilite a permanência de 49 (quarenta e nove) internos no local, de forma que não se extrapole o limite de 7 (sete) presos por cela; e proibindo, a partir da imediata ciência da decisão, o recebimento de novos presos que extrapole o número de vagas ora estabelecida. Tal decisão reforçou a portaria nº 1/2012, por ela editada, no dia 10 de fevereiro deste ano. Sustenta que desde o início do ano passado espera a solução do problema advindo da contratação de monitores, cuja seleção é feita sem um critério rigoroso. Afirma que tem levado ao conhecimento da SEJAP diversas irregularidades cometidas pelos monitores que prestam serviços nas unidades prisionais de Imperatriz, incluindo a alta rotatividade de monitores nessas unidades à revelia dos diretores. Outra situação preocupante é o fato dos monitores serem contratados e desligados da unidade sem a que empresa faça a devida comunicação aos diretores, como se existisse uma administração paralela. Até a presente data, a SEJAP ainda não tomou providência quanto a tal assunto. Os presos das unidades prisionais de Imperatriz não estão recebendo assistência de equipe multidisciplinar (médico, dentista, enfermeiro, técnico de enfermagem, psicólogo, assistente social e terapeuta ocupacional), que foi contratada em meados do 1º semestre do ano passado (2011). Tais profissionais, em que pese terem trabalhado durante muitos meses, só receberam, até agora, o valor correspondente a dois meses de serviços prestados. Segundo informação repassada pelo FREI RIBAMAR, a SEJAP efetuará o terceiro pagamento até o final do mês de março deste ano, salvo engano, e reduzirá a equipe, para que fique tão somente um médico, um enfermeiro, um psicólogo e uma assistente social, cujos contratos ainda serão estudados. O aluguel do imóvel onde se encontra instalada a Casa de Ressocialização (antigo albergue) está atrasado, tendo o proprietário já manifestado o interesse de rescindir o contrato. Em tal unidade, são recolhidos os sentenciados que cumprem pena em regime aberto e os sentenciados que cumprem pena em regime semiaberto, com direito ao trabalho externo. Na Comarca de Imperatriz não há defensor público com atuação na execução penal. Por diversas vezes, foi constatado o cumprimento de mandado de prisão mesmo diante da ocorrência de prescrição da pretensão executória. Tal situação só tem sido detectada com a chegada da guia virtual na VEP, ensejando um ergastulamento indevido. Seria interessante que os juízes da condenação pudessem ser alertados quanto a isso. O sistema VEPCNJ tem apresentado vários problemas, cuja solução não se tem



obtido, apesar das diversas reclamações já feitas, comprometendo, assim, a correta e célere análise dos processos de execução penal.

Até a presente data, o TJMA não contratou estagiários para a virtualização dos processos de execução penal da VEP de Imperatriz, que já tramitavam antes da instalação do sistema VEPCNJ. A SEJAP foi implantada no início de 2011 e toda a equipe foi para reunião em Imperatriz para traçar metas para execução penal de Imperatriz. Muitas metas traçadas não foram cumpridas. Há excesso de prazos nas reformas. Davinópolis ainda não foi entregue (90 vagas). Manchetes foram noticiadas de que 600 presos seriam transferidos para Imperatriz e nada aconteceu, ao que as famílias cobram. Os monitores não são qualificados para atualizar o Infopen. Na CCPJ há administração paralela (monitores x administração da unidade). Ninguém sabe os antecedentes dos monitores (já identificou um ex-detento na função de monitor). Promessas da SEJAP de contratação de pessoal não estão sendo cumpridas. O albergue vai ser desativado porque tem 8 (oito) meses de aluguel atrasado. A Delegacia Regional foi interditada sábado passado por motivo de superlotação (105 presos). Mandados de prisão sendo cumpridos com extração dos prazos. Há seis meses os presos não contam com assistência da DPE (Defensora passou em concurso de outro estado). A Corregedoria já foi comunicada sobre as deficiências do antigo sistema de informações do CNJ (p. ex., processo despachado ontem aparece como parado há 200 dias). O sistema não cumpre a sua finalidade. Nesse ínterim, o Sr. Solon justificou que esteve na Paraíba e todas as reclamações foram listadas e estão sendo trabalhadas e que o cronograma será passado agora. O MM. Dr. Douglas Martins afirma que se preciso dar continuidade ao SCN, pois quando o Dr. Gilmar Mendes presidia o CNJ o sistema era a ser adotado era o SCN, mas quando foi trazido para cá, o sistema VEPCNJ começou a ser desenvolvido. Afirma também que quando o Ministro Cesar Peluso assumiu, o sistema SCN foi preterido, pois o CNJ não investe mais no sistema, que a Paraíba continua desenvolvendo e o Maranhão está "na carona". Após isso, o MM. Dr. Jamil Aguiar se pronunciou, afirmando sua disposição em responder pois a 1<sup>a</sup> VEC tem recebido muitas críticas. Afirma que ficou angustiado com as colocações da Dr<sup>a</sup>. Samira, pois achava que os problemas estavam restritos a São Luís. Afirma também que se a administração penitenciária não se organizar, todos seremos afetados, que os problemas não são só de São Luis, pois temos muitos presos do interior, temos facções



menores e envolve grande parte o pessoal do interior. Salienta que o perfil do preso de São Luis não é o mesmo de 5 ou 6 anos atrás e que as recomendações tem sido as mesmas e parece não haver posicionamento para mudança de rumo. O Dr. Jamil Aguiar até discorda do fortalecimento das facções pela transferência de presos, pois muitos criminosos de São Paulo, Mato Grosso (PCC, PV do PJ) tem sido presos no Maranhão. Continua afirmando que, se temos dificuldade para atender a demanda local, por quê se deixa aqui por 2, 3, 4 anos? Isso, sim, possibilita a instalação e preparação de pequenas facções aqui no estado. Dá o exemplo de Sadam, preso no Quartel da PM, tem contato diário com o mundo lá fora (a maior parte do tempo com São Paulo e Mato Grosso), mesmo estando num estabelecimento de segurança máxima. Que em Pedrinhas, encontraram 5 (cinco) celulares na cela dele e mais 2 na cela do seu principal rival. O Dr. Jamil Aguiar afirma que não basta pintar muro, que é preciso criar vagas e pensar na ressocialização. Questiona como fazer isso, se não há o espaço adequado? "A Penitenciária de Pedrinhas está interditada há quase 1 ano por absoluta falta de se manter o contingente de 600 presos que tinha lá. Hoje temos 220 a 230. Ainda há resistências! As afirmações reiteradas dão conta de que há serviços de saúde (médicos, odontológicos), etc e nada disso existe. Os presos se revoltam, as famílias cobram. A última greve de fome reclamava ausência de ações do estado. Hoje, quando faço inspeção vou prevenido, não entra mais em alguns locais, falta gestão!" o Dr. Jamil Aguiar afirma que semana passada recebeu documento do CNJ pedindo esclarecimentos sobre as dificuldades do sistema VEPCNJ. Às vezes funciona, mas é muito instável. O MM. Dr. Douglas Martins afirma que o problema é da velocidade da internet no Tribunal. Nem sempre é problema do sistema. O Sr. Antonio Marcos lembrou que na última reunião (audiência pública na OAB) houve cobranças de que pedidos na 1<sup>a</sup> VEC demoram mais que na 2<sup>a</sup> VEP. O Dr. Jamil Aguiar argumentou que a 2<sup>a</sup> VEP trabalha com presos em regime aberto, condicional ou pena alternativa, e que a 1<sup>a</sup>. VEC há somente regime fechado e, cada dia, vai um familiar fazer uma solicitação diferente: quem vai 2<sup>a</sup> feira, assina um pedido, na 3<sup>a</sup> ou 4<sup>a</sup> feira, outro documento é assinado. A própria família atrapalha a tramitação do processo. O processo vai ao MP, volta e outro parente entre com novo documento. O Dr. Paulo Rodrigues da Costa, Defensor Público, afirma que o preso precisa de uma certeza e não há uma comunicação sistematizada entre os órgãos. Quando enfrentamos uma negociação, (a última foi com aproximadamente 400 presos), para a metade deles não há



como dar decisão no período de 20 dias (sequer em 1 ano) pela falta de sistematização. Afirma o Defensor Paulo Costa que um dos motivos é o sistema VEPCNJ, pois o Defensor faz avaliação baseado nos autos. Afirma também que não há treinamento, algumas comarcas não possuem scanner, os técnicos e analistas não possuem capacitação, que a culpa não pode ser toda atribuída à 1<sup>a</sup> VEC, mas sim que precisa haver uniformização dos procedimentos. Após isso, a Sr<sup>a</sup>. Ozires Caroline Santos apresenta os trabalhos desenvolvidos atualmente pela SEJAP, ao que a Sr<sup>a</sup> Alice Magalhães complementa que as dificuldades são muitas, pois muitos presos não querem trabalhar. Afirma a Sr<sup>a</sup>. Alice que a SEJAP dispõe de R\$ 980 mil para reintegração social, e que a alta direção precisa dar condições para trabalhar. Finalizando a reunião, a Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Catharina Bacelar pronuncia o posicionamento da SEMU e encerra a reunião, convidando a todos para um coquetel. Nada mais foi dito e eu, Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues, psicólogo do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão, lavro esta ATA.

#### **ASSINATURAS DOS PRESENTES:**

**Catharina Bacelar**  
Representante da OAB

**Douglas da Silva Martins**  
Juiz Auxiliar da 2<sup>a</sup> VEP

**Jamil Aguiar da Silva**  
Juiz Titular da 1<sup>a</sup> VEP

**Paulo Rodrigues da Costa**  
Defensor Público

**Marilene Aranha Carneiro**  
Coordenadora da CEAE

**Ariston Chagas Apoliano Junior**  
Assessor Jurídico do GMF



**Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues**  
Psicólogo do GMF

**Brisa de Almeida Nunes**  
Assessora Técnica da SEMU

**Antonio Marcos Alves Matos**  
Assessor Jurídico da SEMU

**Lícia Dias Privado**  
Assessora Administrativa e Secretária do GMF

**Osires Caroline Privado Santos**  
Representante da SEJAP

**Alice Magalhães**  
Representante da SEJAP



## ATA DE REUNIÃO ENTRE A APAC/PEDREIRAS, SEJAP, O TJMA E O MP-MA

Às 9h do dia 11 de junho de 2012, no Auditório da SEJAP, reuniram-se as instituições acima elencadas para a reflexão sobre os problemas da APAC de Pedreiras. Primeiramente, o Frei Ribamar Cardoso apresentou um vídeo da APAC de Itaúna-Mg. Após isso, a juíza de Pedreiras, MM<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Gabriela Costa Everton informa que recebeu um ofício solicitando a desativação da APAC de Pedreiras, e passa a elencar os principais problemas da referida unidade: 1) mistura de presos provisórios, presos condenados, mulheres, reincidentes e não reincidentes, o que ocasionou a rebelião do dia 24 de abril pp.; 2) a insegurança que paira no atual ambiente da unidade, no que tange as tentativas de entrada de drogas e a insegurança dos servidores, o que foi imediatamente contestado pelo diretor da unidade, Sr. Zacarias; 3) a falta de trabalhar adequadamente o Método APAC, afirmado a necessidade de se retirar urgentemente a APAC de dentro do presídio. Após isso, a Promotora de Justiça Dr<sup>a</sup>. Lana Cristina Pessoa afirma a necessidade de separação de regimes para que seja implantado o Método APAC em Pedreiras, o que na sua opinião jamais aconteceu, além de esclarecer que existe a APAC enquanto Associação e assistência aos condenados, mas não enquanto método de trabalho APAC. Afirmou também que já houve a doação de um terreno para a construção da Casa APAC em Pedreiras. Logo após, a pedido do Exmº. Sr. Dr. Sérgio Tamer, a Srt<sup>a</sup>. Dandara Dalbi passou a ler parte do relatório (item 6 ao item 8) elaborado exclusivamente pela Sr<sup>a</sup>. Marilene Aranha, após viagens técnicas de inspeção (de 09 a 11 de maio e de 21 a 25 de maio de 2012) ao Centro de Ressocialização de Pedreiras, cujo objetivo era a inspeção e levantamento da situação processual dos recuperandos da referida unidade. É lícito ressaltar que os componentes da Unidade de Monitoramento presentes na reunião não tinham conhecimento do teor do relatório ora apresentado, apenas serviram de portadores do relatório e representantes do Tribunal de Justiça na reunião. Após a leitura do

relatório, houve a manifestação de vários presentes na reunião sobre a falta de comunicação entre a pessoa responsável pela confecção do relatório e as pessoas envolvidas com o trabalho da APAC e dos profissionais do Centro de Ressocialização de Pedreiras. Foi enfatizado por vários participantes da reunião que não lhes foram oportunizados participarem diretamente da elaboração do conteúdo do relatório. Foi dito ainda pelos presentes que sequer tinham conhecimento da existência de tal relatório. A Diretora Responsável pela APAC de Pedreiras Srt<sup>a</sup>. Simone Silva Barbosa passou a fazer referência aos problemas existentes no Centro de Ressocialização de Pedreiras, quais sejam: 1) a limpeza da unidade é feita pelos recuperandos; 2) falta de agentes penitenciários; 3) os diretores da APAC são todos voluntários, o que a Srt<sup>a</sup>. Simone afirma como característica fundamental para quem se propõe a trabalhar com o Método APAC; 4) a equipe multidisciplinar é composta por psicólogo, assistente social, médico, motorista, gerente administrativo, enfermeira, técnico de enfermagem e professores. A Sr<sup>a</sup>. Maria Augusta Marinho, Coordenadora de Assistência Social da SEJAP afirma a falta de normatividade no cumprimento das atribuições dos agentes prisionais, bem como a gestão dividida, ou seja, presos em regime comum e presos sob regime da APAC. A Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Leopoldina Barros, subsecretária da SEJAP questiona o quê mudou da época do Dr. Douglas para hoje. A Promotora Lana Pessoa queixa-se da indelicadeza do relatório em omitir a participação de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, bem como de representantes de outras instituições sociais que participaram da construção e implementação da APAC. O Secretário Sérgio Tamer afirmou a necessidade de ressalvas no relatório. A juíza Ana Gabriela afirma que é injusto afirmar que a situação é de agora, porque sempre houve mistura de regimes. O Frei Ribamar Cardoso afirma que o Tribunal de Justiça tem que tomar a frente da situação. O Secretário-adjunto da Administração Penitenciária, Sr. Bispo Serejo afirma a necessidade de completar a lotação com a distribuição de 42 presos provisórios e a saída de agentes prisionais da unidade de Pedreiras. Afirmou também o Sr. Serejo a necessidade de desinterdição de delegacias e a passagem da responsabilidade para a SEJAP. A Promotora Lana afirmou que o preso é encaminhado para Pedreiras sem o referido Processo. O Secretário Sérgio Tamer



indicou que todas as instituições envolvidas com a questão carcerária precisam mobilizar a Casa Civil para a construção e ativação de prédios de delegacias, sugerindo que isso constitua uma diretriz para o GMF. O Sr. Zacarias afirmou que os presos em regime semi-aberto são os internos que trazem mais problemas para a administração do Centro de Ressocialização de Pedreiras. O frei Ribamar Cardoso afirmou que trará uma equipe do Estado de Minas Gerais, inclusive com o atual Presidente da FEBAC e alguns recuperandos para um trabalho de apresentação do Método APAC.

Após isso, passou-se para os encaminhamentos da reunião:

1. Confecção da Ata da Reunião, a ser feita pelos membros do GMF presentes;
2. Definição da próxima reunião do GMF, a ser feita no dia 02 de julho de 2012, às 16h no Auditório da SEJAP;
3. Aluguel de um prédio para a construção de uma unidade da APAC em Pedreiras, segundo as normas técnicas da FEBAC, ao que o Secretário Sergio Tamer pedirá informações para o início da construção;
4. A Promotora Lana Pessoa fará o Termo de Ajustamento de Conduta para o início e término da execução da obra;
5. Definiu-se o número inicial de 30 presos;
6. Solicitação de realização de concurso público para 400 agentes prisionais e técnicos para a SEJAP;
7. Há necessidade de trabalhar os monitores dos presídios do Maranhão;
8. Há necessidade de acompanhamento psicossocial para os trabalhadores da SEJAP;
9. É necessário marcar uma reunião com a Casa Civil, após a reunião do GMF, para encaminhar as soluções apresentadas, após a análise de todos os componentes do Grupo sobre as questões debatidas;
10. Diante da manifestação de protesto de algumas autoridades presentes, é necessário retificar os termos do relatório do GMF, antes de sua publicização. Para tanto, serão ouvidas as autoridades presentes envolvidas no relatório;

Discussões controvertidas:



1. Necessidade de remanejamento dos agentes penitenciários que discordam do método APAC: O Sr. Bispo Serejo afirmou a impossibilidade de tal remanejamento;
2. Ameaça de rebelião em função do fechamento do refeitório: ficou decidido que o refeitório continuará fechado por falta de segurança;
3. Maior participação do TJMA no acompanhamento da metodologia APAC em Pedreiras;
4. A função dos monitores dentro da APAC e que estes se recusam a trabalhar na ausência do agente penitenciário;
5. Atrasos no pagamento dos salários dos funcionários: há, sim, desmotivação dos funcionários diante de tal realidade.

Ao fim da reunião, nós Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues, Analista Judiciário Psicólogo do GMF, Lídia Raquel Lima e Sousa, Analista Judiciário Enfermeira do GMF e Lícia Dias Privado, Assessora de Administração do GMF, lavramos a presente Ata, que vai abaixo assinada por todos os presentes.

São Luis-Maranhão, 11 de junho de 2012.

**ASSINATURAS DOS PRESENTES:**

Sérgio Tamer  
Secretário de Estado da SEJAP

Leopoldina Barros  
Sub-Secretária de Estado da SEJAP



**Ribamar Cardoso**  
Secretário-adjunto da Justiça da SEJAP

**João Bispo Serejo**  
Sub-secretário da Administração  
Penitenciária da SEJAP

**Lana Cristina Pessoa**  
Promotora de Justiça

**Ana Gabriela Costa Everton**  
Juíza da 2ª Vara de Pedreiras

**Amaury Chaves**  
Superintendente da SEJAP

**Maria Augusta Marinho**  
Coordenadora da Assistência Social da  
SEJAP

**Ângelo Macêdo**  
Coordenador de Psicologia da SEJAP

**Lícia Dias Privado**  
Assessora de Administração do GMF

**Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues**  
Analista Judiciário Psicólogo do GMF

**Lídia Raquel Lima e Sousa**  
Analista Judiciário Enfermeira do GMF

**Luiz Gonzaga**  
Servidor da SEJAP

**Simone Silva Barbosa**  
Diretora da APAC de Pedreiras



**Zacarias.....**  
Diretor do Centro de Ressocialização de Pedreiras

**Enoque Filho**  
Diretor da APAC de Pedreiras

**Antonio Haroldo Dias**  
Diretor da APAC de Pedreiras

## ATA DE REUNIÃO DO GRUPO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Às 16h35min do dia 02 de julho de 2012, no Auditório da SEJAP – Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária reuniram-se as instituições componentes do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário, elencadas nesta lavra pelas assinaturas dos respectivos representantes das instituições. Iniciando a Reunião, a Coordenadora do NAV – Núcleo de Advocacia Voluntária do Tribunal de Justiça, a Srª Marilene Aranha, deu boas vindas e passou à palavra ao Des. Froz Sobrinho, que agradeceu a presença de todos como também a grande parceira de nossos trabalhos com todas as Instituições presentes, e em especial a SEJAP por ter aberto às portas para sediar esta reunião. Informou ainda, o motivo de sua ausência nas últimas reuniões do grupo em virtude de seu problema de saúde e licença médica, mas enfatizou com satisfação de sua disponibilidade em ajudar o grupo no que precisarem. Após isso, discorreu brevemente sobre os pontos elencados na pauta:

- Identificação dos presos;
- Discutir sobre a falta de vagas.

Disse ainda, a necessidade de tomar conta do cidadão preso, e que a APAC de Pedreiras está passando por uma situação caótica, com excesso de presos e mistura regimes provisórios e definitivos. Informou que, todas as Unidades Prisionais do Brasil que estão em evolução estão aderindo ao método APAC e no estado do Espírito Santo isso já aconteceu.

Marilene foi chamada para discutir a pauta e passou à palavra para o Secretário da SEJAP, Dr. Sérgio Tamer, este se pronunciou frisando que a APAC não é uma instituição mágica com método milagroso, e dessa forma, não há como funcionar sozinha, se não houver um direcionamento voltado para o seu real objetivo. E esta, foi criada em Pedreiras quando havia apenas uma única Secretaria a de Segurança. Atraso no pagamento sempre houve, nem por isso a APAC deixou de funcionar. O que a APAC pretende? Em relação a Pedreiras, cumprir as exigências da LEP. Trabalhar valores morais do apenado para que ele possa se reinserir na sociedade. A Unidade de Monitoramento tem que definir também o propósito da APAC. As novas unidades terão administração exclusiva ou compartilhada?

A ressocialização não depende só do corpo profissional, consiste em um passo mais além e só assistência material, apesar de necessária, a mim não parece ser uma ressocialização.

Após a fala do secretário, o MM. Juiz Auxiliar da 2ª VEP, Dr. Douglas de Melo, falou que o assunto sobre a APAC de Pedreiras é um dos assuntos mais importantes a se tratar, retratou que quando os trabalhos lá foram iniciados era numa sede de porta e janela, com mais ou menos 60 (sessenta) a 70 (setenta) presos, no início era trabalho voluntário, tivemos problemas e sem qualquer estrutura, logo a Unidade foi inaugurada no intuito de utilizar o método APAC, mas a população não queria e era um empecilho que ficou controlado. O acordo que vedava entrada de novos presos de outras comarcas ficou entre o Ministério Público e com o juiz da 1ª VEP, como não entravam presos, os números de presos provisórios eram poucos e limitados. A Carta da FBAC comunica que se não forem tomadas providências a APAC de Pedreiras será excluída do sistema e isso é muito ruim para o Estado. Com a proporção de presos provisórios é inviável o funcionamento da APAC, a participação da sociedade de Pedreiras, através das audiências públicas, fortalece o sistema. Situações que inviabilizam o funcionamento afastam a sociedade, que fica descrente. Os problemas afastam mais as pessoas do que a própria falta de pagamento. A Unidade de Monitoramento não tem a função de substituir o Poder Executivo, mas de formular, planejar. Outro ponto importante ressaltar, é que não é possível um modelo padrão para todas as APAC's, são necessárias adaptações de acordo com a realidade local. Precisamos acabar com a idéia de presídios grandes e implantar pequenos, com até 100 presos e para dar certo, todo mundo precisa colaborar, pois é uma somatória de coisas e mais urgente agora é necessário priorizar a retirada de presos provisórios, é questão elementar para resolver à problemática.

A MMª. Juíza de Pedreiras a Drª. Ana Gabriela Costa Everton informou que, hoje são em torno de 199 (cento e noventa e nove) presos e que já chegaram até 225 (duzentos e vinte e cinco) presos e a quantidade que mais oscila é de provisórios, o que antes a maioria era sentenciados. Que já encontrou Pedreiras assim, cheia de presos provisórios, e listou alguns problemas:

- As delegacias da região não recebem presos, como nos casos de latrocínio, estupro;

- Que além da quantidade de provisórios ser grande, ainda há presos que não aceitam o método APAC;
- Os presos que causam mais problemas são do regime semiaberto porque tem regressão ou benefício;
- Há anos presos planejam fuga em massa, isso não é de agora, e no caso agora foram os semiabertos que causaram;
- E o que se constitui como grande problema é a mistura de presos.
- É preciso urgentemente definir quem quer o método APAC?;
- Definir se a unidade vira totalmente em método APAC ou se define na retirada de presos provisórios? Foi cobrado R\$ 8.000,00 (oito mil) de aluguel para uma sede nova, e ainda sim esta não comportaria os 60 (sessenta) presos provisórios que é permitido pela APAC, só dariam 10 (dez) e ainda teria que fazer uma reforma.

Se efetivamente a APAC de Pedreiras não tomar providências será destituída do método, pois nele não comporta presos provisórios e estamos em grande ameaça de ser extinto em Pedreiras. Mas, depois de tirar os provisórios outra coisa que ajudaria muito seria a forte participação da sociedade.

O ex-diretor e hoje voluntário da APAC de Pedreiras, o Sr. Enoque Sá Barreto, disse que os presos do semiaberto dão trabalho porque não foram trabalhados em regime fechado. E que o método comporta presos de alta periculosidade, desde que estes queiram estar sob o comando do método e provarem todos os dias em sua conduta.

Dr. Douglas reafirmou que é uma questão de honra não só para o Tribunal de Justiça, mas para todos que estão envolvidos não deixarem que a APAC seja extinta de Pedreiras. A UMF – Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário não tem função de substituir o Poder Executivo, em Minas Gerais tem funcionado porque todas as instituições e poderes estão ligados para o bom andamento do funcionamento. Em Pedreiras, a APAC é segundo o modelo de São Paulo (onde se deu o surgimento do método) e não o de Minas Gerais como todos pensam, pois o método deles não dá para implantar em todo lugar! Em São Paulo o modelo é de Gestão Compartilhada.

O 1º CAPS AD foi em Pedreiras antes de São Luís, tínhamos 120 (cento e vinte) pessoas sendo tratadas lá, o que na capital não causaria impacto em Pedreiras causava.

Dr. Sérgio Tamer enfatizou que não é a APAC que escolhe o preso, e sim o preso que escolhe a APAC.

Des. Froz complementou a fala do Dr. Douglas, sobre a importância de não se perder o método APAC em Pedreiras, modelo de referência, pois seria vergonhoso! Complementou dizendo: "Vamos achar a solução – reforma ou mudança de sede?". A FEBAC deu 6 (seis) meses e só já temos 4 (quatro) meses. E para os presos provisórios qual a solução? Uma força tarefa para dar cabo a esses presos provisórios? O Secretário Adjunto de Estabelecimentos Penais, Sr. João Bispo Serejo, sugeriu uma força tarefa para distribuição.

Drª Gabriela Everton informou que não depende só dela, pois de sua comarca ela só tem 13 (treze) presos provisórios, o maior problema é que na região as delegacias estão interditadas o que impossibilita as transferências.

O Secretário Adjunto de Administração Penitenciária, Sr. Frei Ribamar, sugeriu a possibilidade de permuta de São Luís para Pedreiras de presos que querem se submeter ao método APAC. Falou ainda, que será realizado um "Curso sobre a metodologia APAC" e que será ministrado pelo Presidente Internacional das APAC'S em parceria com a SEJAP e TJMA.

Dr. Sérgio Tamer acha relevante equacionar, fazer os reajustes necessários e não só institucionalizar, é preciso criar a cultura da metodologia e o curso é um passo para isso. Olhando a parte formal, qual estilo de funcionamento a adotarmos, SP ou MG? Pois, estão dividindo ao meio a Penitenciária de Pedreiras.

Dr. Douglas de Melo lembrou sobre as medidas de segurança – quem são e onde estão os presos com medida de segurança.

Após isso, passou-se para os encaminhamentos da reunião onde ficou decidido:

1. Continuar com a APAC no prédio atual;
2. A MMª. Juíza de Pedreiras, Drª. Ana Gabriela Costa Everton fará uma Portaria impedindo entrada de novos presos provisórios de outras comarcas;
3. A princípio, a idéia é trabalhar esse método exclusivo de APAC em Pedreiras e Coroatá;



4. A Assessora de Administração e Secretária do GMF, Srt<sup>a</sup>. Lícia Dias, ficou encarregada de solicitar a ESMAM – Escola Superior de Magistratura o auditório e apoio técnico para a realização do Curso sobre a Metodologia APAC a ser realizado em agosto e confirmar com o Frei Ribamar (SEJAP).

Ao fim da reunião, em mais nada a dispor, nós Lícia Dias, Assessora de Administração e Secretária do GMF, Ana Luisa Carneiro, Assessora SEJAP e Dandara Balby, Assessora SEJAP, lavramos a presente Ata, que vai abaixo assinada por todos os presentes.

**ASSINATURAS DOS PRESENTES:**

**José de Ribamar Froz Sobrinho**  
Desembargador e Coordenador GMF

**Sérgio Victor Tamer**  
Secretário de Estado da SEJAP

**Leopoldina Barros**  
Subsecretária de Estado da SEJAP

**Ribamar Cardoso**  
Secretário-adjunto da Justiça da SEJAP

**João Bispo Serejo**  
Subsecretário da Adm. Penitenciária da SEJAP

**Ana Gabriela Costa Everton**  
Juíza da 2<sup>a</sup> Vara de Pedreiras

**Douglas de Melo**  
Juiz Auxiliar da 2<sup>a</sup> VEP



**Nelson Moraes Rêgo**  
Juiz da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar  
contra Mulher

**Lana Cristina Pessoa**  
Promotora de Justiça

**Simone Silva Barbosa**  
Diretora APAC Pedreiras

**Lícia Dias**  
Assessora de Administração e Secretária GMF

**Amaury Chaves**  
Superintendente da SEJAP

**Marilene Aranha Carneiro**  
Coordenadora da CEAE

**Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues**  
Analista Judiciário Psicólogo do GMF

**Ana Luisa Carneiro**  
Assessora SEJAP

**Dandara Balby**  
Assessora SEJAP

**Enoque Filho**  
Ex-Diretor e Voluntário da APAC de Pedreiras



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

## ATA DE REUNIÃO DO GRUPO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Às 16h45min do dia 06 de agosto de 2012, no Auditório do Tribunal de Justiça – Dra. Marilene Aranha, Coordenadora Especial dos Encarcerados e do NAV – Núcleo de Advocacia Voluntária do Tribunal de Justiça iniciou reunião a reunião do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário agradecendo a todos, com boas-vindas, preleciona que já foi discutido anteriormente com a Drª. Leopoldina Barros, da SEJAP, e a representante da MAZAN, que iremos ter uma reunião sobre a questão do Projeto da Sedes, que é a questão da alimentação dos presos. Passou em seguida a palavra ao Desembargador Froz Sobrinho, que inicialmente perguntou se alguém gostaria de fazer alterações na ata anterior, para a devida aprovação e encaminhamento por meio eletrônico, pois se está aprimorando a via eletrônica. Agradeceu a presença de todos, e anunciou uma notícia muito boa, que hoje fora convocado pelo TRE para trabalhar na Segurança Institucional nas eleições de outubro, portanto até 31 de outubro é Desembargador Substituto do TRE, e por conta disso terá que se afastar da UMAAF até a data supramencionada. Nesse sentido, fez a indicação para o Presidente do Tribunal de Justiça, que é para quem se faz a indicação, do Juiz Douglas Martins para ser Coordenador do Grupo de Monitoramento e que, mesmo afastado, estará dando auxílio ao Dr. Douglas, uma vez que há pendências, que na verdade qualquer um que assumir a Coordenação na Unidade de Monitoramento, a Unidade estaria em boas mãos, que informa ao Presidente do TJ que a Unidade de Monitoramento está funcionando, que nós temos corpo, ações conjuntas, nós temos um pensamento bem próximo do que se pode chamar de grupo, e realmente é isto que o alegra, que está se despedindo da Coordenação nesse espaço de tempo, que já repassou quase tudo, que fez algumas mudanças tanto com relação a 1ª VEP com Dr. Jamil Aguiar, quanto com a 2ª VEP com Dr. Douglas e o Dr. Fernando, que gostaria de passar rapidamente isto para adentrar nos outros assuntos da presente reunião, que são as metas do CNJ para os Grupos de Monitoramentos, que o prazo vai até setembro, pois a meta do GMF é até a Presidência do Ministro Ayres Brito, que o planejamento das metas está bem avançado, em desenvolvimento pelas VEP's, que coloca as VEP's como referência, pois a estrutura do

6

✓

✓

✓

✓

✓

✓

✓

✓

✓

✓

✓

✓

✓

✓

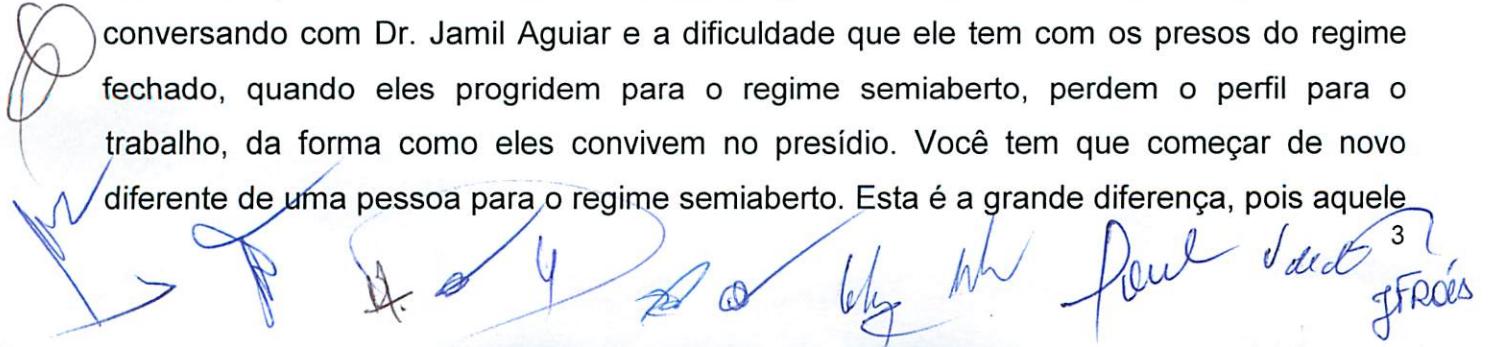
Judiciário está focada na atuação das duas VEP's da capital e que esta atuação reverbera com as VEP's do interior do Maranhão, não que no interior do Maranhão não tenha frutos tão maduros como nós.

Com relação a 1ª VEP's conversou com o Dr. Jamil Aguiar, que concordou com a idéia de fazer um experimento com relação ao Programa Começar de Novo, qual seja: o Dr. Jamil coordena programa Liberdade e Dignidade, um programa respeitado nacionalmente e por nós também concebido. Nós temos uma Unidade de Monitoramento, um grupo que trabalha o Programa Começar de Novo, que na verdade tem a mesma função, só que a Unidade de Monitoramento tem uma coisa que a VEP ainda não conseguiu, que é fazer uma rede de vagas. Hoje nós temos essa rede de vagas muito por conta do Grupo de Monitoramento, muito por conta do DMF do CNJ; então, nós vamos tentar fazer esse casamento com Programa Liberdade e Dignidade com o Programa Começar de Novo, dar uma dinâmica ao Programa Começar de Novo, já que a Vara detém o conjunto, ou seja, o perfil dos presos que estão aptos ao trabalho externo e a Unidade de Monitoramento tem o perfil das vagas, das capacitações que chegam até a Unidade. Assim, Desembargador Froz fez o deslocamento da servidora Lícia para a 1ª VEP, para que ela possa trabalhar com o Dr. Jamil. Sendo que a Coordenação continua na Unidade de Monitoramento, tanto que a Vara não tem estrutura para o que se pretende fazer, tanto que será ampliada a estrutura de trabalho de Dr. Jamil, com a saída da Defensoria. E foi pedido ao Presidente dois funcionários, um para ser Assessor Jurídico do Começar de Novo, e outro para 2ª VEP, porque nesta Vara se centralizará as metas de segurança do CNJ. Nesse sentido, servidores que trabalham com as vagas vão trabalhar na 1ª VEP. E nós temos um novo trabalho que não estava previsto no calendário anual: é que o CNJ centralizou todas as ações do DMF para a área da Infância e Juventude, e não se estávamos preparados para isto. Não se tem equipe. Quem na verdade deveria fazer isto é o Juiz Titular de São José de Ribamar, que nem titular é. É um problema seriíssimo a área da Infância e Juventude, principalmente com relação à Maiobinha, que está interditada. Que esse trabalho é muito complicado, pois quem na verdade deveria fazer isto é um Juiz Titular. Nesse sentido, o Desembargador Froz conseguiu na última quarta-feira a criação de duas Varas Criminais para São José de Ribamar, que terá um Juiz Titular na Maiobinha, tentou com o Corregedor, que por enquanto trouxesse esta competência para São Luís, a Vara do Dr. Vlacy. Tem mais estrutura para tomar conta. O Desembargador Froz elencou que

Q  
M

Q X ✓ 4 ✓ 9 ✓ 16 ✓ Paul ✓ M ✓ B ✓ Vlacy ✓ Frois

dificilmente será feita a meta do CNJ no que diz respeito à Infância e Juventude. Oxala se consiga colocar no acordo, aquele nosso acordo Interistitucional entre o CNJ e o Governo do Estado do Maranhão, as Varas de Execução, as Varas de Infância e Juventude, as Varas de Proteção à Mulher, e mais Ministério Público, Defensoria Pública, num planejamento estratégico, tentando fazer junto com a SEJAP e outros órgãos, porque cada unidade prisional de delegacias ainda estão por conta da Secretaria de Segurança, as Unidades Prisionais na Secretaria de Justiça, e a Maiobinha com a FUNAC. Nós temos que realmente dizer que ponto vamos priorizar. Afirmou também que foi uma surpresa para o Grupo que, mesmo com o apoio da Dra. Teresa da Corregedoria é muito cético em relação a esta parte, chegando a conclusão de que não se vai andar muito. O Douglas já está na 2ª. VEP, o Dr. Jamil na 1ª. VEP também, e a Marilene já pega toda a "rebarba", é realmente muito complicado com a estrutura disponível no Tribunal que se faça isso, a não ser que o Ministério Público assuma uma parte, que a Defensoria assuma outra parte para podermos fazer cada um apadrinhar um programa, uma meta, para tentarmos chegar ao final com alguma coisa pré-estabelecida que não estava programada, mas que o DMF mudou radicalmente a estrutura para isso, segundo o Desembargador Froz, mudou mal, e que na última reunião falou sobre isto, que ainda está construindo parte do Sistema Prisional, e tivemos que mudar o foco, que provavelmente o Ministro Ayres Brito as em setembro e o Ministro Joaquim Barbosa assume em outubro o CNJ. O Ministro Joaquim Barbosa já tem um grupo que está trabalhando, um grupo de Minas Gerais que vai atacar o Sistema Prisional fomentando a criação de APAC'S, que convenceu o Ministro. De qualquer forma este ano acabou para o DMF, o Ministro Joaquim Barbosa não vai priorizar a área da Infância e da Juventude, ele acha que o problema prisional é mais grave que o da Infância e Juventude, e ele tem um suporte muito grande dos mineiros que não são os pais da APAC, que a APAC começou a surgir em São Paulo, em São José dos Campos, mas os mineiros não são os pais do Sistema APAC, e conseguiram convencer o Joaquim Barbosa, uma vez que a APAC para Desembargador Froz é quem pode contribuir para a ressocialização do Sistema. O Desembargador Froz afirmou ainda que esteve conversando com Dr. Jamil Aguiar e a dificuldade que ele tem com os presos do regime fechado, quando eles progridem para o regime semiaberto, perdem o perfil para o trabalho, da forma como eles convivem no presídio. Você tem que começar de novo diferente de uma pessoa para o regime semiaberto. Esta é a grande diferença, pois aquele



3  
JFrois

que é condenado no regime semiaberto é mais fácil de trabalhar do que o do fechado para o semiaberto. É um novo foco, então este foco, de uma forma ou de outra esta mudança de foco, esta mudança de meta, vai atrapalhar nosso trabalho, não tenham dúvidas, mas não vai firmar este acordo, nós vamos ter uma reunião com o próprio Governo, com o Secretário de Administração e Finanças, e a casa civil para que se possa formalizar este acordo. Que é interesse primeiro do CNJ fazer este acordo, enquanto o Ministro Ayres Brito estiver no comando do CNJ ele está fazendo esses acordos e percorrendo o Brasil todo para colher assinaturas. Afirmou também que não acredita em TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), sentar na mesa com o Juiz, com os Defensores e o Governador, ele acredita mais no acordo do que no Termo de Ajustamento de Conduta, porque isto é bom para os Estados. O Desembargador Froz diz que o cara a cara e o contato com as pessoas possam servir de ânimo para essas coisas. Quanto à Medida de Segurança o Dr. Douglas, o Dr. Fernando e a Marilene Aranha estão à frente para o Judiciário e o Ministério Público tem conhecimento desse convênio entre a Secretaria de Saúde, a SEJAP e o Tribunal de Justiça: nós temos um gargalo que são quase 100 pessoas, que devido estarem em Medida de Segurança estão em prisão ou em situação irregular. Então, o Desembargador Froz afirma ter encaminhado ofício para a Defensoria Pública, para o Ministério Público, e a Procuradora Geral passou para vocês. Nós queremos identificar os casos pontuais de presos ou a pessoa que está solta respondendo processo e são pessoas que são passíveis de Medida de Segurança, fazer um grande cadastro destas pessoas e levá-las a fazer a interdição, agora esta interdição tem que ser judicial, este encaminhando tem que ser com o juízo original, para que o foro competente estabeleça onde deve ser feita a internação, num ambulatório, ou numa visita ao médico, nós queremos isto aí judicialmente, chega este problema para o Judiciário e a grande questão é que a Secretaria de Saúde achava que não era competente para fazer, achava que era a Secretaria de Administração Penitenciária que era competente para fazer os laudos ou então o Judiciário. Na verdade, continua, não é o problema do louco, é o problema da Saúde e é uma coisa que não abrimos mão, pois todas as vezes que o Secretário de Administração Penitenciária afirmou que o problema de louco é da Secretaria da Saúde e não da Secretaria de Administração Penitenciária eu estou com meu psicólogo, Paulo do Grupo de Monitoramento, não é isso Paulo, então eles ficavam mas o psiquiatra não quer mais nem prender, não é prender é tratar, tratamento fechado,

6

30/04/2014

Adm. Penitenciária  
Tribunal de Justiça  
Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário  
Assinatura: [Signature]

tratamento aberto, é um psiquiatra, ou seja, um profissional da área Médica, ou o neurologista. Então, o Estado do Maranhão vai financiar dois médicos psiquiatras e dois neurologistas, quee vão trabalhar diariamente por 4 horas e vão fazer esses laudos dos processos, identificando a interdição, encaminhada com a guia de internação. O Desembargador Froz afirma que pode-se fazer até um modelo de guia, ainda não foi determinado porque primeiramente precisa-se saber onde será feito o atendimento, quem são os médicos. Esta segunda fase já foi disponibilizada e será preciso saber onde estão os médicos e onde eles vão atender, qual é essa rotina de atendimento, se eles atendem 4 horas por dia, cada laudo deste presume-se um atendimento mínimo de 50 minutos, então se eles atenderem, são quatro por dia, se eles atenderem 8 pessoas por dia, são 100 no final. Vamos ter uma progressão de atendimento, encerrar em uma data. O Ministério Público e Judiciário, fizeram processualmente o que tinha que ser feito, foi laudado, com o tipo de doença, para ser datada de que forma e aonde. Mesmo do interior eles vem, quem vai fazer isso? Desembargador Froz relacionou que deve ser a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária. Comenta ainda que o atendimento deve ser em São Luís. Vai ter que ser em São Luís. O Desembargador Froz relata que estava no Rio de Janeiro, quando Losekann ligou e disse que fizeram uma busca nas ruas do Rio e encontraram uma louca que era Maranhense, e conseguiram identificar a família e está se encaminhando a família para o Rio de Janeiro para receber essa louca e trazê-la para o Maranhão. Tudo bem, mas eu também vou fazer o caminho inverso, se identificarmos aqui vamos encaminha-los também, nós não temos condições de tratar os nossos, imagine os dos outros. E cidades que são muito mais organizadas que nossa!

O Des. Froz passa a Coordenação dos trabalhos para o Dr. Douglas. Dr. Douglas inicialmente afirma que eu não mando em nada, que o Dr. Fernando é que é o Chefe na Vep, que é o "sub". No grupo ele faz questão de lembrar que o Desembargador Froz é que é o titular. E na Coordenação ele também é "sub", mas a condição é boa, na verdade é difícil dizer não para o Desembargador Froz. Afirma que iria fazer um Curso na Europa, mas em função desta parceria ficará respondendo pela Coordenação. Relata logo após que em Timon foi fundada a APAC, a questão suscitada é quem responderá pelos convênios, pelo terreno que foi doado pelo Estado, para construir uma APAC, mas a SEJAP falou que isto também tem que ser feito através do Desembargador Froz, então está tudo parado em Timon, porque tudo tem que ser feito através do Desembargador

*W. H. 4 de 62 Paulinho V. V. Froz*



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Froz. A Juiza Lewman afirma que baixou uma portaria para que não recebesse presos de outras comarcas, e lhe encaminharam presos de São João dos Patos, depois vieram lhe dizer que receberam uma ordem de cima, então disseram que foi da SEJAP que veio a ordem, ligou para lá, até que finalmente disseram que foi o Desembargador Froz. A Dra. Lewman afirma que não assumirá a responsabilidade sobre estes presos, que não sabe nem se o Juiz da Comarca tomou conhecimento sobre isso. Nesse sentido, o Desembargador Froz afirma que está conversando para saber quem está no comando realmente. O Desembargador Froz ressalta que isto é o que estava acontecendo em Pedreiras, que estavam recebendo presos que nem eram para ficar naquela Comarca. Desembargador Froz afirma que a primeira providencia que tomou foi a devolução destes presos e o controle estatístico. O Desembargador Froz ressalta que não deu a ordem, e que os demais Juízes é que tem a competência, e que se tivesse encaminhado, era para descumprir, pois o cumprimento desta é imoral. Sobre isso, Dr. Douglas ressalta que a postura do Desembargador Froz é a mesma da Coordenação da UMAAF. Que tiveram um problema no CDP, onde os presos quebraram algumas celas e viu-se que era necessário tirar gente do interior dessa Unidade Prisional. Assim, os presos estavam sem grades nas celas, começaram a quebrar as grades e os presos da capital estavam se juntando com os do interior, que estavam lá Pedro Alberto, Lino e o Defensor o que estava na primeira VEP era um defensor novo. Fez-se o contato e se pediu que compreendesse a situação e aceitassem esses presos para salvar as suas vidas. O procedimento é feito assim através da conversação na SEJAP, onde se procura encontrar a solução: é conversando e tentando encontrar uma solução junto. Até porque este é o fundamento da própria Unidade de Monitoramento, é da busca de soluções pelo diálogo. Essa é a base da nossa atuação, sobre as APAC a lei que criou a própria Unidade de Monitoramento, até para dar maior força, para que não mostre que é um Mandado do Tribunal ou da Corregedoria, mas é uma política institucional do Judiciário do Maranhão, se colocou na Lei que a Unidade de Monitoramento fomentará, participará do processo e apoiará a criação das APAC's, mas isso não dá para a Unidade de Monitoramento o controle das APAC's no Maranhão, ou seja, os convênios não são com a Unidade, e já foi conversado com a SEJAP e já foi solucionado isso. O Secretário e a sub-secretária Dra. Leopoldina relaciona que se tiver o convênio com o aval da Unidade de Monitoramento, estará praticamente aprovado o convênio. Então o que sugere o Desembargador Froz é que se faça a proposta do

4. 4

Ed Paul M.D. of

Julio 6  
Gómez



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

convênio encaminhado pelo Grupo de Monitoramento, é que se tem um grupo de voluntários dispostos a tocar a APAC. A SEJAP interpretará isso como sendo um meio caminho andado para ter o convênio. Então a Unidade de Monitoramento com o conhecimento do MP, Defensoria, Judiciário, Conselho de Direitos Humanos chancelará o convênio.

O Dr. Douglas argumentou com relação a Comarca de Coroatá, que já está em funcionamento com a APAC, só aguardando convênio com a SEJAP, onde existem presos cumprindo pena na APAC. Já existe APAC's em funcionamento nos municípios de Pedreiras, Timon, Bacabal, Imperatriz, que também aguarda novas negociações com a SEJAP. Posteriormente, afirma que uns dos assuntos da Unidade de Monitoramento a ser abordados nas próximas reuniões são as torturas e violências no Sistema Carcerário.

Após isso, o Dr. Nelson Rego, fez comentários: onde ele fala do preso com problema de saúde mental, que estão sendo encaminhados ao Hospital Nina Rodrigues, que o preso ao chegar naquele hospital para se submeter a exames e até mesmo internações, estão sendo barrados pelo Diretor daquele hospital. Na impossibilidade de fazer os exames, o Juiz quis aplicar a lei, levando em conta a prisão do Diretor do hospital, mas não o fez para não chamar atenção da mídia e a intervenção de vários outras entidades, que achou por bem buscar uma solução pacífica, onde encaminhou ofício respondendo ao diretor, que o Coordenador do Grupo de Monitoramento estaria marcando uma reunião com o Secretaria de Saúde para encontrar uma solução.

Dr. Douglas afirma posteriormente que aconteceu uma tragédia em Porção de Pedras, onde a juíza determinava a transferência de dois presos por Medida de Segurança, para deslocamento ao Hospital Nina Rodrigues, e que chegando lá um dos presos se matou na própria Delegacia.

Logo após a Dra. Leopoldina Barros, da SEJAP, argumentou com relação as APAC's, que esta sendo planejado junto ao Grupo de Monitoramento, convênio no sentido de aumentar o número de vagas, com recursos do Governo do Estado. A Dra. Leopoldina parabenizou a Unidade de monitoramento, quanto à fusão dos Programas de Liberdade e Dignidade e o Começar de novo, haja vista que esses programas tem em vigor os mesmos objetivos, destacando que essa fusão racionaliza esforços físicos e recursos financeiros. Após isso, menciona, com base no inciso IX, do Art. 1º da Resolução nº 6 de 2010, que a Unidade de Monitoramento, proponha para a ESMAM, cursos de capacitação aos Diretores do

Sistema Prisional quanto ao uso do Regulamento Sistema Prisional, no sentido de uniformizar as ações dos Diretores do Sistema Prisional, quer seja da capital, quer seja do interior.

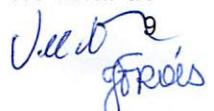
O Dr. Douglas, Coordenador, argumentou que existe o Curso de Capacitação no Método APAC, que acontecerá de 24 a 26 de agosto aos magistrados, servidores e colaboradores em execução penal, que fica registrado também que irá realizar posteriormente curso de capacitação aos Diretores prisionais.

O servidor Sr Paulo Guilherme, que faz parte da Unidade de Monitoramento, fez alguns comentários onde vê a Unidade de Monitoramento como uma agência reguladora do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão, onde ele faz parte desde 27.01.2010, que em contatos feitos com o DEPEN, quando da apresentação de projetos para a liberação de verbas, observou que a entidade tem critérios muito rígidos para a regulamentação e liberação de verbas, para serem aplicadas, sugerindo que no curso a ser proposto pela ESMAM sobre o método APAC, que sejam estabelecidos critérios para a qualidade das vagas a serem oferecidas para serem analisadas as criações das vagas. O Dr. Douglas Martins enfatiza que além da estrutura física e dispositivos a serem utilizados nas Unidades Prisionais, existe a dimensão humana do preso, ou seja, que seja contemplada a pessoa a ocupar a vaga.

A Srª. Leopoldina afirma que questão da ampliação das vagas está sendo atendida pela SEJAP no que tange à logística, como por exemplo, fardamento para os internos, alimentação de qualidade, corte de cabelo, segurança para o interno, escola e demais assistências. A Sra. Leopoldina, frisou ainda a questão da criação da triagem, onde hoje tem capacidade para 20 vagas, enquanto está sendo criada uma nova triagem com capacidade para 100 vagas. Isso vai fazer com que o preso passe por uma triagem, onde ele vai ter atendimento médico, de assistência social, psicológico. Se saberá, portanto, o perfil do preso, para poder ser encaminhado ao setor adequado, onde saíra com cabelo cortado, fardamento e outras medidas de monitoramento.

O Dr. Jamil Aguiar, fez algumas colocações sobre a qualidade das vagas, onde ele diz que não adianta só criar vagas, se as Unidades Prisionais não oferecerem espaço físico, saneamento básico, sistema elétrico e hidráulico. No caso da criação das APAC's, que se pense nesses pontos como elemento de partida.

Logo após, o Dr. Douglas diz que o Judiciário se obriga algumas coisas: o Tribunal se comprometeu com o CNJ em reduzir o percentual de presos provisórios, para média nacional até dezembro deste ano para no máximo de 40%. Portanto, já tivemos redução: no ano de 2009 caiu em 74%, 2010 para 62%, 2011 para 52%, onde obtivemos uma melhora enorme. Vamos ter mutirão nas Varas, no compromisso de reduzir esse número. Para isso, dependemos da Defensoria e do Ministério Público. Outro Item é sobre a Medida de Segurança, onde o Tribunal se comprometeu com CNJ, em acelerar a tramitação dos processos dos presos com problemas de sanidade mental. Por isso, o Tribunal está buscando solução para o Estado, no sentido de disponibilizar profissionais no hospital Nina Rodrigues para realizar as perícias, que propiciarião ao onde o Tribunal um banco de dados de todos os presos, para cruzar com todas as informações de dados do hospital. Logo após, o Dr. Douglas faz referência ao encerramento da segunda Meta PROGRAMA DA MULHER ENCARCERADA. Quanto a Terceira Meta, ou seja, a criação incentivo de Conselhos da Comunidade, o Dr. Douglas, pede que todas a pessoas tragam idéias e sugestões, inclusive o Ministério Publico, Defensorias, de como cumprir essa meta. Refere logo após a meta quatro, com a criação de um núcleo para a intensificação com Parceria do Programa Começar de Novo. Com relação à meta cinco, qual seja o Acompanhamento de Processos de Gestão pós Varas, uma das proposta é do processo de virtualização, onde está em conclusão de processo, em que nenhuma vara de Comarca vai poder encaminhar processo físico, se não for por meio eletrônico. O Dr. Douglas fez alguns comentários onde existe a possibilidade de implantação do Sistema PJE, que é um sistema virtual, que vai funcionar como unificação de tantos outros sistemas, como Themis, Vep. Quanto à meta seis, Fiscalização Penas e Medidas Alternativas, afirma o Dr. Douglas que está em negociação com o SEJAP, a criação de 10 equipes de fiscalização de penas alternativas, em visita domiciliar, às instituições. Quanto à meta sete, organização de mutirão nos processos, com relação à exigência do CNPJ, o Tribunal quer apresentar relatório de provas de tudo que foi feito durante o ano, evitando com isso o mutirão. O Dr. Douglas argumenta posteriormente, com relação as penas alternativas, que na próxima reunião a 2ª Vara apresentasse planejamento mais detalhado como alcançar isso. O Programa Começar de Novo com parceria com a 1ª Vep, vai apresentar seu plano, assim como as Varas das Comarcas do interior, com relatórios atualizados de todos os presos com seus benefícios, para que não haja mutirão no final do



Velho  
gordos

ano. Quanto aos presos provisórios, o Desembargador Froz está mudando o grau de produtividade do réu preso, com percentual maior com relação a outros tipos de processo, inclusive está prevista uma grande transformação no sentido de diminuir o número de presos de Pedrinhas, deslocando uma grande quantidade de presos para a Comarca de Imperatriz, onde até no mês de dezembro estará concluída a obra do presídio, no intuito que haja em Pedrinha, uma Penitenciária realmente agrícola. Foi feito um comentário da Juíza da Comarca de Codó sobre a superlotação e falta de estrutura do presídio, haja vista o deslocamento de presos provisórios constantes para a Comarca de Timon, uma vez que a Comarca de Codó, dispõe de área suficiente para criação de mais um presídio, sugeriu, e pediu apoio ao Grupo de Monitoramento e à SEJAP para a execução da obra, no que o Dr. Douglas colocou na pauta de prioridades, com ênfase o projeto da Secretaria de Segurança Pública, sobre a construção de 02 (duas) Unidade Prisionais de segurança máxima com capacidade para 600 vagas, na intenção de criar 200 vagas na capital, e na de sobrar recursos para construção das unidades restantes nos interiores, na possibilidade de retirar os presos do interior que estão na capital para os presídio do interior, esta é a visão do Coordenador da Unidade de Monitoramento. O Dr. Douglas finaliza a reunião, indicando nossa próxima reunião para a PGJ, marcando para o dia 3 de setembro, onde será encaminhado e-mail, para todas as entidades. No mais agradecimento a todos presentes, e encerramento da reunião.

Ao fim da reunião, em mais nada a dispor, nós Valdemiro Cândido dos Santos filho, Auxiliar Judiciário da CEAE/TJ, e Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues, Analista Judiciário Psicólogo da CEAE. lavramos a presente Ata, que vai abaixo assinada por todos os presentes.

**ASSINATURAS DOS PRESENTES:**



Valdemiro Cândido dos Santos  
Dr. Douglas  
Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues  
Valdeci de Oliveira



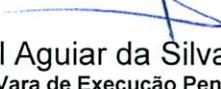
ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

  
José de Ribamar Froz Sobrinho  
Desembargador e Coordenador GMF

  
Leopoldina Barros  
Subsecretária de Estado da SEJAP

  
Douglas de Melo  
Juiz Auxiliar da 2ª Vara de Execução Penal

  
Jamil Aguiar da Silva  
Juiz 1ª Vara de Execução Penal

  
Nelson Moraes Rêgo  
Juiz da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher

  
Liana Cristina Pessoa  
Promotora de Justiça

  
Rosanna Conceição Gonçalves  
Promotora de Justiça

  
Antônio Bezerra Filho  
Delegado Geral – Polícia Civil



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Marilene Aranha Carneiro  
Coordenadora da CEAE

Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues  
Analista Judiciário Psicólogo do CMF

Géson Lelis Costa  
Presidente Conselho da Comunidade

Joseane Fróes  
2ª Vara de Execuções Penais

Valdemiro Cândido dos Santos Filho  
Unidade Monitoramento e Fiscalização

Jean Maria Van Damme  
Representante Conselho de Direitos Humanos

Pr. José Ribamar Santos  
Representante Comunidades Evangélicas



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO



Lewman de Moura  
Juíza da 3ª Vara Criminal de Timon

## ATA DE REUNIÃO DO GRUPO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Aos **três dias do mês de Setembro do ano de dois mil e doze**, às dezesseis horas e cinqüenta e cinco minutos, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, foi dado inicio a mais uma reunião do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário. Presentes as pessoas elencadas no final desta ATA. Dando inicio a reunião usou da palavra o Juiz Douglas de Melo Martins, juiz auxiliar da capital, Coordenador em Exercício do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário. Inicialmente justificou o atraso da reunião que estava marcada para as dezesseis horas, relatando que se encontrava em outra reunião com a empresa Huthbrasil, que pretende centralizar o sistema de placas de carros, desde a sua fabricação, até o seu rastreamento tendo como parceiro a APAC de São Luís onde seriam repassado dez por cento da arrecadação para a APAC. Dando continuidade aos informes o Dr. Douglas relata que a arrecadação com toda a logística das placas gerará um montante de duzentos mil reais por ano, e que tal empreendimento daria para contratar os egressos do sistema carcerário para colaborar com os SIRETRANS. Relata ainda que na data de hoje fora feito uma apresentação desse sistema para a APAC de São Luís, informa que o contato inicial da empresa Huthbrasil fora com D. Xavier, o qual verificou a possibilidade de interagir com todas as APACs do Estado, e assim ficaram de mandar e-mails para os membros do Grupo de Monitoramento – GMF, para que analisem a possibilidade do estabelecimento de parcerias com as empresas de emplacamentos com a fabricação de placas padrão com o intuito de evitar fraudes na confecção das placas. Dr. Douglas disse que teve uma preocupação inicial se a Empresa não iria prejudicar o mercado interno de fabricação de placas com monopólio do produto e consequentemente encarecimento do mesmo. Entretanto, foi-lhe explicado que o trabalho seria em parceria com as empresas já existentes no mercado, e o convênio manteria os valores atuais. Disse que esta e outras dúvidas poderiam ser posteriormente sanadas, e que repassaria a todos por e-mail a proposta da empresa. Dr. Douglas faz a todos cientes de que os e-mails chegarão e que deverão ser analisados por todos os membros do GMF. Ainda fazendo uso da palavra, Dr. Douglas diz que para discutirmos toda a pauta dos assuntos propostos pelo CNJ, seria necessário um seminário, vários debates e proposições dos órgãos envolvidos

com a justiça criminal e execução penal. Ele relata ainda que temos que ser humildes em reconhecer que não conseguimos discutir todos os temas, mas que pensa que como temos presente nesta reunião representatividade de vários órgãos podemos ter um norte, e assim fazer uma pincelada nos temas para que pensemos no que pode ser feito em curto prazo em relação às metas estabelecidas pelo CNJ, pois diz que não se tem a pretensão de discutir e esgotar todos esses temas em uma única reunião. Assim, o Dr. Douglas abriu espaço para que os presentes pudessem dar algum informe, mas antes reforça que a documentação será enviada no email dos representantes do GMF, com relação a empresa das placas, o qual será socializado para todos os integrantes. Aproveitou a oportunidade para agradecer ao Ministério Público em sediar a reunião do GMF de hoje que já se realizou na sede de vários órgãos, tais como: TJ-MA, SEJAP, OAB e SEMUS, e pede que essa dinâmica se repita, assim como o lanche. A Drª Fabíola, deixa á disposição a Sala de Reuniões do MP, sempre pelo período da tarde, pois no turno da manhã sempre há reunião. O Dr. Douglas abre o espaço para os informes e o Defensor Público Alberto Bastos diz que no mês de novembro a Defensoria já estaria a disposição para a reunião do GMF. O Psicólogo Paulo Guilherme reforça a data de cada reunião, que acontece sempre na primeira segunda feira de cada mês. O Padre Elisvaldo sugere que o horário das reuniões do grupo tenha início ás quinze horas. Dando inicio aos itens da pauta Dr. Douglas começa falando da meta que trata da diminuição dos presos provisórios, no que toca diretamente ao Poder Judiciário, relata que no momento em que o preso não comparece as audiências por motivo de distância, e outros, atrasa os trabalhos no MP e em outros órgãos. Ele coloca que no tocante ao Poder Judiciário já foram feitos dois levantamentos, pois antes os dados eram coletados junto ao INFOPEM, porém segundo ele, ainda temos cinqüenta e dois por cento (52%) da população carcerária como presos provisórios, cita que no ano de 2005 a população era 74%, que em 2010 era 62% e que em 2012 é de 52%, e que o CNJ estabeleceu como meta fazer mutirões carcerários anualmente até alcançarmos o percentual de 40%. Para ele fazer mutirão carcerário retrata que as coisas não estão bem, principalmente quando se trata de questões financeiras, recursos que serão gastos pelo TJ/MA. Ainda nesse raciocínio, Dr. Douglas acha que isso seja preocupante, pois nossa meta a ser alcançada é de quarenta por cento

caso isto não ocorra o CNJ irá impor a realização de mutirão. Para isto Dr. Douglas diz que todos os juízes criminais já foram informados da meta, e ficou proposta uma reunião com todos eles para que eles exponham o seu posicionamento, avaliar como se daria este trabalho, e o TJ ao chamá-los com este intuito, os mesmos cobrariam da referida instituição condições necessárias para realizarem tal ato. Isto, segundo Dr. Douglas, tendo o exemplo do MP, o judiciário estaria com o mesmo intuito. Dr. Douglas diz que este primeiro ponto da pauta seria para cobrar da SEJAP, haja vista que a nossa parte estar em ordem. Usando da palavra, Drª Fabíola, diz que já foi Promotora da Comarca de Santa Luzia e que agora está em São Luís, relata que está preocupada quanto à decisão da causa do envolvimento dos presos com a comunidade, e traz como exemplo o caso de Santa Luzia, onde em conjunto com as juízas da cidade se cotizou para comprarem os equipamentos necessários para a realização das audiências que eram gravadas, e assim o tempo gasto nestas teriam uma redução, e desta forma daria para realizar três audiências em vez de apenas uma, e que assim o juiz deixaria de cumprir as metas principais para fazer mutirões para poder dar uma decisão judicial. Dr. Douglas diz para Drª Fabíola que colocou até dezembro de 2012 um prazo para que o TJ providenciasse esses equipamentos, e que o TJ respondeu que o prazo para que isso aconteça é dezembro de 2013, de qualquer forma, ele relata que há outro item para a discussão, que é a de sugerir para os juízes e promotores uma forma de alcançar as metas que tem prioridades sem esquecer a área criminal, e que uma das formas seria em se pensar num peso diferenciado para a produtividade no que tange aos processos criminais para fins de avaliação de operosidade da varas, ele estaria pensando em uma alternativa mas o ideal é que haja uma outra medida para esse caso. Diz ainda que esta seria uma maneira de se escapar do mutirão. Dr. Paulo Rodrigues Costa, Defensor Público usa da palavra e relata que o mutirão de combate as drogas foi caótico, e que se deve fazer algo para que o mutirão carcerário não aconteça. Drª Fabíola pergunta se temos um diagnóstico desses presos por varas, e o Dr. Douglas responde que temos um diagnóstico de Fevereiro, mas que estão levantando outros, e que o ideal seria uma reunião com todos os juízes. O Defensor Alberto diz que deveria ser assinado um termo de responsabilidade onde os responsáveis pelos presídios se comprometessem em fornecer uma planilha que contivesse a situação de cada preso,

oficiando aos juízes das varas criminais para que os mesmos analisassem o processo dos detentos e assim verificar se há a possibilidade de soltá-los. Meire Márcia Alves Ferreira, Assistente Social da Coordenação dos Encarcerados, relata que no caso da adoção de crianças o Conselho Nacional de Justiça indicou que a cada seis meses fossem realizadas audiências concentradas para verificar o caso de cada criança, e pergunta se esse método não poderia ser realizado na justiça criminal. Dr. Douglas responde que na justiça criminal é diferente, por que existem outros itens, tais como, as cartas precatórias, e que o ideal é que cada vara tivesse esse levantamento. Ele coloca que na verdade esse é um ingrediente complexo que depende de vários autores. A Drª Lewman Moura, Juíza da 7ª Vara da Comarca de Timon, diz que o juiz e o promotor agem como justiceiros, e que a maioria de seus colegas, juntamente com o MP compactuam com esse método, e mantêm preso que são provisórios por dois e três anos, apenados que já deveriam estar em liberdade. Ela ressalta que Juízes e promotores compactuam com o sistema e chama a atenção para a sensibilização dos colegas, pois existem poucos defensores, promotores e juízes que quando podem, viram justiceiros, e que nesse caso, poderia se partir para a conscientização. Drª Fabíola diz que sempre pede o parecer dos juízes e o Dr. Douglas diz que é preciso mais eventos e debates sobre a justiça criminal, tais como, seminários, do que simplesmente cursos para fins de promoção na carreira. Dr.ª Lewman, diz que essas reuniões, digo debates, deveriam ser deslocadas para as áreas em que há presídios. Dr.ª Fabíola coloca que a saída é localizada, que o TJ localiza junto com juízes e promotores e que o mesmo daria um tempo determinado para esse levantamento e ambos fariam um monitoramento. A Drª Lewman diz que o TJ deveria perguntar do que os juízes precisam na prática, ou seja, pontuar os recursos necessários. Drª Fabíola perguntou ao Dr. Douglas em quanto tempo o TJ faria um diagnóstico, e o Dr. Douglas respondeu que precisava consolidar os dados do TJ e SEJAP para fazer um ranking até semana que vem. A Dr.ª Fabíola diz que os promotores e o MP faziam um mapa para dar uma logística para as audiências. Paulo Rodrigues Costa, Defensor Público, diz que já tinha falado isso e que o juiz não tinha como agilizar os processos. Drª Rosanna diz que o MP não tem acesso ao sistema, e que vai fazer ofício para solicitar o programa para fazer o diagnóstico. Dr. Douglas pergunta ao Dr. Serejo se a SEJAP tem esse controle e o Dr. Serejo diz que é uma

questão da demanda, e que a SEJAP vai liberar a senha para todos os integrantes do Grupo de monitoramento. Dr. Douglas diz que sobre o segundo tema que trata da redução da tortura para que funcione bem, é necessário que a Secretaria de Segurança, nós, precisamos fazer mais inspeções com mais cuidado juntamente como MP, e a Defensoria Pública, e depois de rastreado gerar consequências como o Inquérito policial. Dr. Douglas disse que semana que vem participará de uma audiência como testemunha, e vai mesmo sendo nessa condição, pois não sabe de que caso se trata, pois fora comunicado por telefone, mas que acha que não é razoável ser testemunha no processo. Diz que cada ator faça um levantamento do tema, e os órgãos de controle da SEJAP funcionem bem para diminuir os números disso, assim como, os outros órgãos também. Após esta colocação, Dr. Douglas passou a palavra para o Dr. Serejo, que por sua vez diz que já passou para seus subordinados que qualquer denúncia de tortura seja comunicado imediatamente a SEJAP, e que entrará com os procedimentos necessários, e pede que todos comuniquem qualquer caso como este. Dr. Douglas diz que está havendo o julgamento no STF a respeito do mensalão, que é um momento histórico e que foi fruto da cobrança da sociedade que não via nenhuma condenação, e isso resultou na aceleração do julgamento. E que no caso da tortura no sistema prisional tem que haver estatísticas de casos no âmbito administrativo, estatísticas de punições e desvios de conduta. Dr. Serejo diz que a corregedoria atrelada ao SEJAP irá atender todos os casos que chegarem, e que imediatamente serão abertos todos os procedimentos para a investigação e cita que em dois mil e doze três casos estão sendo investigados. Dr. Douglas diz que o Judiciário tem dado o exemplo, quanto a investigação de juízes e que tem estatísticas. Dr. Serejo diz que tem que saber se houve uma denúncia formal para se fazer a apuração. Drª Rosanna diz que em termos de MP, o mesmo possui três promotorias para apuração de casos de tortura, mas que o MP dispõe de apenas um promotor para atuar nas três promotorias e sendo assim, como investigar?, ela não sabe a quantidade de representações. Dr.ª Fabíola diz que fará um diagnóstico dos casos em tramitação. Dr. Douglas diz que talvez tenha que se fazer uma inspeção periódica nos procedimentos administrativos no MP, na SEJAP e na Polícia. O Defensor Alberto Bastos, disse que quando participou do Conselho de Direitos Humanos conseguiu que se baixasse uma portaria onde todos os diretores eram obrigados

a encaminhar o preso para realizar exame de corpo e delito, em caso de denúncia de torturas praticadas nos presídios, entretanto, esta portaria não era cumprida, em muitos casos quando a denúncia era efetivada não havia mais as marcas da lesão no preso, pois os diretores das unidades prisionais não enviam o preso para fazerem o exame no devido prazo, e assim fica sem a materialidade, a denúncia chega até a apuração, e os ouvidores não relatam minimamente para subsidiar as informações e assim abrir a denúncia. Sugere que haja capacitação para os ouvidores com relação ao recebimento e encaminhamento de denúncias. Dr. Douglas diz que esse tema serviu para clarear esse assunto. Relata que se deva suspender o tema três, e que o item quatro seria para reflexão e discussão na próxima reunião. Diz, que o Dr. Serejo encerrará a reunião com a prestação de contas sobre o que diz respeito a abertura de vagas e a melhoria destas. Dr. Serejo fala que a questão da superlotação é cruel e que a próxima inauguração será a CCPJ de Imperatriz, que está prevista para o final do mês de Setembro; Relata que cento e sessenta novas vagas serão criadas, e assim dá para tirar todos os presos da região Tocantina; Dá para fazer, segundo ele, a transferência de alguns presos de Pedreiras. Concorda com isso Dr. Douglas, pois refere-se a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, de levar para as cidades do interior os presos do interior que se encontram na capital, e que se tiver algum de Pedreiras na região Tocantina, este será encaminhado para lá. Dr. Serejo não confirma a inauguração da CCPJ de Rosário, pois depende da transferência da Delegacia de lá, pois diz que Rosário é uma cidade pequena. Quanto ao presídio de Imperatriz diz que até o final do ano este deverá estar concluído, antes mesmo do de Rosário. Relata que no novo anexo de Pedrinhas há cento e vinte vagas disponíveis e que o Dr. Jamil já visitou a reforma e relata que para fazer a seleção dos presos tem que saber quem é do interior e da capital, ou quem se dá bem ou não, e que tudo isso influencia na distribuição das vagas. Dr. Douglas diz que com esse número não dá para cumprir o TAC, pois segundo ele, o TAC, que fora assinado juntamente com o aval da Defensoria e da 2ª VEP, previa que o ideal era abrir seiscentas vagas, e que sendo assim, o MP e a Defensoria iriam ter que executar o Estado. Dr. Serejo relata que já foi inaugurado o presídio de Bacabal e Santa Inês. Drª Lewman diz ao Dr. Serejo que ganhou do Estado um terreno e pergunta se não há possibilidade das multas de penas alternativas serem revertidas para a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO**

construção do presídio de Timon, ao que o Dr. Douglas respondeu que o CNJ baixou uma resolução regulamentando a distribuição destas multas somente para instituições sociais com os devidos critérios estabelecidos na resolução. Dr. Serejo destacou que para a construção do presídio tem que ter projeto, recursos disponíveis e que quando o projeto estiver pronto o mesmo deve ser encaminhado ao Secretário Adjunto da SEJAP. Dr. Douglas disse que só com informações do Dr. Serejo não tem como resolver o assunto. É necessário que se faça uma reunião com a Governadora do Estado, pois se tem um termo de cooperação, e seria bom que a UMF marcasse uma audiência com a governadora para que a mesma possa perceber que não dá para solucionar o problema até dezembro, conforme estabelecido no Termo de Cooperação, e assim obter dela um compromisso. Dr. Serejo destacou que já se iniciaram as obras do presídio de Chapadinha e o prazo para a concessão é de 120 dias, e que neste presídio haverá vagas para 150 presos. De concreto inaugurará CCPJ de Imperatriz/Presídio de Imperatriz, Penitenciária de Santa Inês e Bacabal. Dr. Douglas disse que há verbas federais para a construção de presídios, mas afirma que não aposta nestes recursos, disse ainda que foi incluído no TAC a região de Timon, e que o município está para ser contemplado e que a proposta é de 100 milhões do BNDS para a SEJAP para a construção de novos presídios, fora outros recursos disponíveis. Reafirma a necessidade de haver uma reunião com a governadora, com dados concretos e que se deve protocolar um pedido de audiência; Frei Ribamar cita que as APACS deverão funcionar fora dos presídios e destaca como exemplo o caso de Minas Gerais. Dr. Douglas diz que deve haver um ofício conjunto (Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria e SEJAP) para marcar a audiência para que a governadora sinta a real situação. Uma reunião com dados concretos, projeto, valores etc. Dr. Serejo pergunta sobre a possibilidade do TJ requisitar as multas para a construção dos presídios e o Dr. Douglas reafirma o que foi dito anteriormente para Dra Lewman. Dr. Douglas diz que gostaria de encerrar a reunião deixando para a reflexão a inspeção das medias de segurança com relação ao caso das internações cautelares no Hospital Nina Rodrigues, que segundo coloca é um caso de saúde pública, e pede aos participantes da reunião que isto não fique sob a responsabilidade somente do Poder Judiciário, mas sim da Secretaria Estadual de Saúde. O segundo item que gostaria que todos refletissem é a preocupação com o sistema



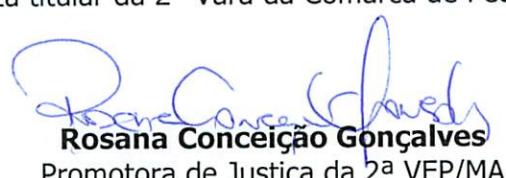
progressivo da execução que precisa ser resolvido e repensado, para que não aconteça o que aconteceu em Alagoas; segundo ele, é preciso se determinar o que é regime aberto, regime fechado, semi-aberto e que precisamos discutir isso numa outra reunião e encerra a reunião agradecendo a todos os participantes. Ao fim da reunião, em mais nada a dispor, eu Joina Renata Madeira Marinho, Assistente Social da Coordenação Especial de Assistência aos Encarcerados, lavrei a presente Ata, que vai abaixo assinada por todos os presentes.

#### ASSINATURA DOS PRESENTES:

  
**Douglas de Melo Martins**  
Coordenador da UMAAF/MA

  
**José Ribamar Cardoso**  
Secretário Adjunto de Justiça / SEJAP

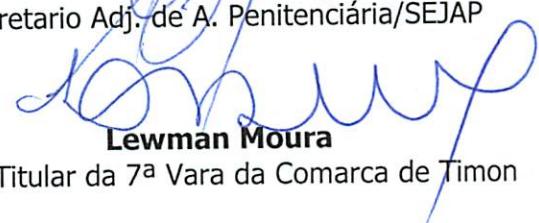
  
**Ana Gabriela C. Ewerton**  
Juíza titular da 2ª Vara da Comarca de Pedreiras

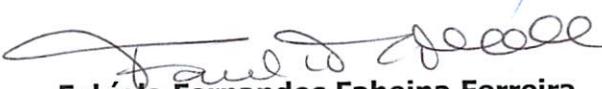
  
**Rosana Conceição Gonçalves**  
Promotora de Justiça da 2ª VEP/MA

  
**Alberto Pessoa Bastos**  
Defensor Público

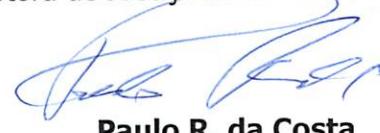
  
**Kécio Rabelo**  
Coordenador Jurídico SEJAP/APAC

  
**João Bispo Serejo**  
Secretario Adj. de A. Penitenciária/SEJAP

  
**Lewman Moura**  
Juíza Titular da 7ª Vara da Comarca de Timon

  
**Fabíola Fernandes Faheina Ferreira**  
Promotora de Justiça – Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais

  
**Lana Cristina Pessoa**  
Promotora de Justiça da Comarca de Pedreiras

  
**Paulo R. da Costa**  
Defensor Público

  
**Pr. Elisvaldo C. Silva**  
Pastoral Carcerária/ APAC/SLZ



UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

  
**Cláudia R. M. Gouveia**  
SEMU/MA

  
**Gerson Lelis Costa**  
Coordenador em exercício CEAE e UMF

  
**Paulo Guilherme S. Rodrigues**  
Psicólogo da UMF/MA

  
**Raissa Costa**  
Assistente de Informação/UMF/MA

  
**Meire Márcia Alves Ferreira**  
Assistente Social da CEAE/ TJMA

  
**Joina Renata Madeira Marinho**  
Assistente Social da CEAE/ TJMA

  
**Pr. Rihamara Santos Coelho**  
CCEP

## ATA DE REUNIÃO DO GRUPO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Às quinze horas e trinta minutos (15:30 hs) do dia 01 de outubro de 2012, no auditório do Tribunal de Justiça – MA, reuniram-se os membros do Grupo de Monitoramento para discutir a pauta que se registra nesta ata a saber: Medidas de Segurança e Internação Cautelar. Iniciando a reunião, Marilene Aranha Carneiro Silveira Coordenadora de Assistência aos Encarcerados, fez a abertura agradecendo a presença de todos, desejando boas vindas e ressaltando que foram convidados vários representantes da saúde e das casas terapêuticas, tendo em vista o enfoque do tema a ser discutido na reunião. Destaca que o Grupo é coordenado pelo Desembargador Froz Sobrinho, mas que em virtude de sua convocação para compor uma comissão no Tribunal Regional Eleitoral – TRE, está sendo Coordenado provisoriamente pelo Juiz Douglas de Melo Martins da 2ª Vara de Execução Penal de São Luís. Ato contínuo Dr. Douglas fez uso da palavra e relacionou os parceiros oficiais do Grupo de Monitoramento, convidando-os para ficar em destaque: representante do Conselho de Direitos Humanos, Ministério Público, Secretário Adjunto da Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária – SEJAP, Defensoria Pública e Secretaria de Segurança. Ressaltou que o Grupo de Monitoramento se reúne uma vez por mês para tratar os diversos assuntos relacionados ao sistema carcerário. Destacou que o assunto a ser debatido é tão importante nesta reunião que diferente das demais foi feita uma pauta única para tratar este assunto, tendo em vista sua relevância, haja vista, um levantamento feito no Estado, onde foram encontradas pelo menos cem (100) pessoas com algum tipo de transtorno psiquiátrico, e boa parte dessas pessoas estão também em delegacias administradas pela Secretaria de Segurança. Esta é uma questão grave, inclusive em uma das inspeções que foi feita na Delegacia de Presidente Dutra se identificou um preso que comia tudo que passava dentro da cela, morcego, barata, evidente que esta pessoa não deveria ficar presa numa cela de Delegacia de Polícia, e lamentavelmente tem-se este tipo de situação. Um outro fato grave que se destacou e que inclusive Desembargador Froz Sobrinho mandou ofício para Procuradoria, e para a Defensoria, é uma situação de uma pessoa que tinha sido aplicada uma medida de segurança, já tinha sido julgada pelo Judiciário, porque reconheceu que ela tinha transtorno evidente, o Judiciário julgou, por ele não compreender o caráter do ato ilícito que praticou, desta forma foi absolvida, e esta pessoa não saiu da delegacia de Poção de Pedras, foi dito que era caso de internação, foi encaminhada para o Hospital Nina Rodrigues, esta pessoa voltou para Poção de Pedras. Foi feito um vídeo pelo Juiz Douglas, onde o próprio preso relata que tem problemas na cabeça, que não pode ficar preso naquela cela, que sua cabeça fica girando, que não está tomando medicação, que a família não tem mais como dar remédio para ele, então nestas condições a Juíza encaminhou novamente a pessoa absolvida para o Hospital Nina Rodrigues e novamente foi dito que não tinha vaga para essa pessoa em hospital psiquiátrico, e ela apareceu morta na Delegacia de Poção de Pedras, dizem que se matou ou foi morto, nós não sabemos. Foi encaminhado ofício para a Secretaria de Segurança para abrir inquérito a fim de apurar o que ocorreu com ele, o fato é que a pessoa morreu numa delegacia e estava absolvida pela justiça. É um caso gravíssimo, isso em condições normais era



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

notícia para o Jornal Nacional registrar, é um absurdo, ele avisou para todo mundo, eu sou um dos que de certa forma poderia ser responsabilizado por isso, porque eu inclusive tomei conhecimento desse fato, ele me relatando, eu fiz o que naquele momento era possível - que foi comunicar a juíza do processo, disse a ela que era até arriscado deixar aquele rapaz ali, pedi que ela o encaminhasse para um hospital, era minha opinião, porque eu não poderia determinar que outra colega fizesse qualquer coisa, a colega fez, encaminhou. Estou citando estes fatos para que possamos ter noção da gravidade da situação, são alguns entre tantos. De acordo com o levantamento básico que fizemos, temos aproximadamente 100(cem) pessoas nesta condição. Uns com problemas mais graves outros com problema menos grave. Este de Presidente Dutra, os demais presos riam dele. Outro, que vi em Grajaú, o problema psiquiátrico é tão grave que a pessoa fica imóvel o tempo inteiro no canto da cela, os outros presos é que vão lá periodicamente ver se ele defecou tirar as roupas dele e fazer sua higiene, porque ele nem come, nem avisa nada, ele fica imóvel o tempo inteiro no canto da cela, mas está preso, quando deveria estar internado em um hospital psiquiátrico. Estes são os fatos, estão todos numa situação de violação de direitos humanos, além de violar a legislação estamos violando direitos humanos, nós estamos submetendo pessoas que não tem condições de se defender, são pessoas indefesas na sua grande maioria, há uma situação que elas não têm como se livrar. Um deles, o que morreu, num dos momentos de lucidez, ainda tentou se defender, ele disse que não podia ficar ali, em suas palavras ele disse que "era louco, não estava tomando o remédio e quando não tomava ficava girando a cabeça". É provável que num momento de alucinação, tenha cometido suicídio. É importante registrar que estas questões são graves, daí a necessidade de nos reunirmos para discutir medidas cautelares e também o problema da dependência química. Um outro fato, que nós ainda não estamos lidando com ele, é que essas pessoas que estão no sistema prisional com suspeita de algum transtorno, a maioria delas ainda não está julgada, algumas estão com determinação de internação cautelar, estão aguardando a tramitação de incidente de insanidade mental, outros estão aguardando esta tramitação com determinação de prisão preventiva, e outras se quer estão com o incidente de insanidade mental instaurado, mas, as pessoas e instituições que nós consultamos, mandamos ofício para todas fazer este levantamento e tem quase 100 pessoas nesta condição, mandamos ofício para Defensoria Pública, Ministério Público e a SEJAP, e as informações destas instituições nós cruzamos e chegamos a esta lista, procuramos estas pessoas e encontramos algumas nesta situação de não instauração do incidente de insanidade mental, apesar das suspeitas de problemas nesta área. Além deste assunto, temos também o problema de dependência química. Quando chegamos em algumas unidades, a situação é tão grave, eu vou citar um exemplo: uma das pessoas que encontramos presa, onde é evidente a situação de dependência química que nós não conseguimos resolver também, é que um rapaz chegou a me pedir cocaína, em uma situação de crise de abstinência, estava todo se tremendo. É evidente que a situação de dependência encontra-se no sistema prisional, casos gravíssimos de dependência química. Um dependente químico pedir droga a um Juiz é porque perdeu completamente o controle, a noção. Douglas ressaltou que foi protocolada para a Governadora do Estado uma proposta da Unidade de Monitoramento. Disse que esta questão é tão grave que até por conta da dificuldade que algumas secretarias têm de encontrar soluções, algumas questões nós estamos buscando tratar diretamente com a Governadora. Não adianta pressionar o Rui, Diretor do Hospital Nina Rodrigues, a solução não é ameaçar o Rui, é encontrar soluções, nem acho que este seja esse o caminho, o

caminho é dialogar depende também de todos nós, de todas as instituições. A parcela da Secretaria de Saúde é muito grande, todos temos que nos envolver, e este assunto depende de uma decisão da Governadora do Estado e por conta disso, nós protocolamos entre outros assuntos, este - o das medidas de segurança, além de solicitar mais vagas no sistema prisional, a construção de duas unidades de saúde a mais que precisamos. Disse que em conversa com o Rui – diretor do Hospital Nina Rodrigues o mesmo destacou que se abrir vagas para os que estão nas delegacias de polícia ou no sistema prisional, vai faltar vaga para os que não são oriundos do Sistema Prisional. Todos têm problemas. Em cidades nós vimos isto, os médicos reclamando que não tem leito da Unidade de Terapia Intensiva - UTI, e que de repente chega uma ordem judicial para internar uma criança na UTI e não tem mais vaga, o que se faz? Interna a criança que tem ordem judicial e deixa a outra morrer? Esta não é a solução. Não se pode permanecer com a omissão do Estado. O grupo de monitoramento protocolou uma proposta e está aguardando para discutir o assunto junto com a Governadora ou alguém por ela indicado. Os governos têm uma dificuldade em assinar o Termo de Ajustamento de Conduta, por conta dele ser um título executivo, depois pode gerar uma representação caso o representante do governo não cumpra aquilo que foi estabelecido, firmado no termo de ajustamento de conduta, é um instrumento forte, por isso os governos relutam em assiná-lo. Como este assunto é urgente e até para transpor este obstáculo a proposta do pessoal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ foi assinar um Termo de Compromisso, que é algo mais político, é uma promessa, mas o assunto é tão grave, que hoje, até uma promessa nos conforta, não pode ficar como está. Isto é um problema para todos os delegados de polícia, da Delegada Geral, Dra. Cristina, que aqui está. A situação de todos os delegados é difícil, uma hora acontece um problema destes, nós requisitamos a abertura de inquérito para apurar responsabilidades inclusive de quem estava com a pessoa lá. Não é uma situação confortável da Secretaria de Segurança, particularmente dos delegados de polícia que estão com estas pessoas. Todos somos responsáveis, nós Juízes que estamos mantendo estas pessoas lá, Promotores de Justiça, Defensores, todos estamos numa situação difícil em função da falta de vagas. Ato contínuo o Juiz Douglas disse que esta era uma introdução ao assunto da pauta da reunião e franqueou a palavra para quem quiser colocar alguma coisa sobre o assunto. A Dra Maria da Glória Marfra - Promotora de Justiça da 15º Promotoria Criminal fez uso da palavra, cumprimentando a todos e todas e ressaltou que também é conselheira do Conselho Estadual de Política sobre Drogas. A promotora ressaltou que há 26 anos já se vem, mesmo ainda no Conselho de Entorpecentes, tentando buscar atendimento adequado e humanizado para estas pessoas, que abusam de substâncias químicas. Disse que neste trabalho, enquanto Conselho e enquanto membro do Ministério Público, percebe que o Sistema Prisional do Estado do Maranhão não tinha naquela ocasião, há um ano e pouco atrás, nenhum atendimento de saúde, percebe que não dava para pensar aquele sujeito, prestar atendimento só de saúde mental e dependência química quando a atenção básica, o rastreamento básico de hipertensão, diabetes, não estava sendo feito, registrou que começou um trabalho solitário, mas teve auxílio do pessoal da Secretaria de Segurança, da SEJAP e do sistema de segurança que a auxiliou bastante, relatou que realizou 24 oficinas criando um plano operativo de atendimento de saúde, com os servidores, com os dirigentes de unidade, para construir propostas coletivas e não chegar com um plano pronto e não ter efetividade. O Estado do Maranhão foi qualificado em razão deste plano operativo que rastreia a atenção básica, que diz que em cada unidade tem que ter equipe básica de

atendimento. Disse que para resolver o problema em foco é necessário saber realmente quem são as pessoas que estão encarceradas, e deve ser feita a individualização do sujeito de sua pena. Destacou que o fato de alguém usar substância química não o torna dependente, a dependência não é uma visão de leigo, e sim uma condição médica. É necessário saber que pessoa é essa, que substâncias ele usa, se tem comorbidades, transtornos mentais, principalmente qual o grau de intoxicação que esta pessoa tem. Registrhou a experiência que acompanhou de uma pessoa que estava dentro de uma unidade de saúde, não daqui de São Luis, mas do Maranhão, onde tem uma fiscalização enorme quanto à entrada de qualquer tipo substância química e esta pessoa surtou dentro desta unidade, todo mundo perguntou como estava entrando drogas, quem estava trazendo e, quando se investigou percebeu-se que a pessoa estava era totalmente descompensado de potássio e de sódio, quando se fez o rastreio de todas as taxas observou-se que esta pessoa não tinha usado substância nenhuma, o mesmo estava com uma condição clínica, e que efetivamente foi a razão dele ter surtado. Não dá para olhar de forma leiga, dependência química é condição médica. Portanto, precisa-se que a SEJAP efetivamente qualifique estas equipes multiprofissionais para que elas trabalhem dentro nestas unidades, e assim se consiga fazer um senso dessas pessoas que já estão lá, fazer um senso, não só de contar ou jurídico, mas um senso realmente individualizando este sujeito, inclusive das condições médicas, hipertensão, diabete, tuberculose, isso vai mostrar que tipo de atendimento estas pessoas necessitam. Essa é uma situação, a outra é a nossa porta de entrada, porque o plano indica a necessidade de uma porta de entrada não só para saber para que unidade essa pessoa vai, mas também uma triagem para saber que individuo é este que está entrando no sistema e, que agravo de saúde que ele tem, inclusive, para indicar em que local ela deva cumprir a pena ou até se chegar a suspeita para uma investigação de sanidade, para isso é necessário fazer um planejamento estratégico, com várias etapas e várias questões, com metas, com prazo destas metas, para buscar isto no SUS. Na questão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS temos que avançar. O SUAS em nosso Estado é praticamente zero, apesar de Centros de Referências Especializados de Assistência Social - CREAS e os Centros de Referência de Assistência Social – CRASS. Registrhou que uma assistente social comentou com ela que ficava uma tarde inteira sem nenhum atendimento no CREAS. Tem-se que criar uma rede não só de saúde, mas também de assistência social, inclusive de busca ativa desta pessoa que não está mais na unidade de saúde, para visitá-la no seu domicílio e saber que família é essa, quem é essa pessoa, criar a unidade de saúde e criar serviços principalmente de assistência social, porque não queremos e não devemos ver pessoas morando nestas unidades de saúde. Outra preocupação quanto à unidade de saúde é com a internação cautelar, em vez da prisão preventiva a pessoa precisa estar na unidade de saúde, inclusive com vigilância porque há a possibilidade dessa pessoa ser rastreada e se identificar que ela é imputável realmente, como é que fica na Unidade? Esta unidade precisa ter vigilância. No Brasil inteiro está se buscando soluções, este é o grande dilema no sistema. Tem várias propostas no Rio Grande do Sul, existe uma polêmica, a imprensa está registrando, lá vai ser criada uma Unidade Prisional para dependentes químicos, e estaremos participando de um evento lá no final de semana. No Paraná o Governo fez um termo de cooperação com uma comunidade terapêutica, mas as pessoas que necessitam ir para esta comunidade precisam cumprir vários requisitos, não é o perfil de qualquer preso que vai para esta unidade, a própria legislação local já determinou qual o perfil do preso para ir para comunidade terapêutica.



Ato contínuo a Dra. Glória Marfra ressalta que quem for de comunidades terapêuticas falar com ela, porque o Governo Federal está fazendo senso das comunidades terapêuticas e quem ficou com esta atribuição no Estado foi o Conselho Estadual de Política sobre Drogas. Nesse sentido, até sexta-feira está saindo edital, que regulamenta a aquisição de recurso público do Ministério da Justiça e da Saúde para custear vagas nessas comunidades e quem vai fazer a fiscalização da aplicação destes recursos são os Conselhos Estaduais e municipais sobre drogas e essas comunidades devem estar exatamente como diz a RDC 29, que é o documento da ANVISA que regulamenta as comunidades terapêuticas. O edital contém todas as orientações necessárias para o projeto de trabalho, sendo que o recurso é de R\$ 1.000 a 1.500,00 o valor por vaga, criança e grávida R\$ 1.500 por vaga, este é o valor que estava estipulado com a casa civil do Governo Federal. Então as comunidades vão estar mais como uma porta, e esperamos que estes serviços consigam, mesmo com todo esse olhar espiritual, que o usuário seja visto não só como dependente químico, mas também como possuidor de outros e tantos agravos de saúde. Portanto é necessário que nestas unidades se tenha um atendimento multiprofissional. Disse que está à disposição para cooperar, para montar um planejamento com vários eixos, com metas com prazos para que possamos, mesmo pela complexidade, tentar dar uma resposta. Em seguida, Dr Nelson de Moraes Rego, Juiz titular da Vara de Combate a Violência Familiar e Doméstica fez uso da palavra registrando um caso ocorrido na Vara em relação a medida de internação cautelar, onde um réu que tinha um processo de ameaça, havia uma suspeita de problema de insanidade, foi aberto um processo de insanidade mental, ele estava com prisão preventiva decretada e diante dessa circunstância sob orientação do Juiz Douglas ele converteu a prisão preventiva em internação hospitalar compulsória, porque já que ele tinha um processo para ser periciado, se é imputável ou inimputável foi conveniente então fazer isso. Após fazer esta conversão, encaminhou ao Hospital Nina Rodrigues, e a princípio o Hospital não quis recebê-lo, mas depois de uma certa relutância, algumas falas ele recebeu, então o resultado do incidente de insanidade foi de que era imputável, então ele está recebendo pena. A partir daí houve um início de um diálogo com a direção daquele hospital, o diretor de lá esteve na Vara da Mulher, ao invés de decidir prendê-lo por descumprimento da ordem judicial de internação o juiz resolveu estabelecer uma mesa de diálogo, de conversar e entender porque que não foi recebido, na ocasião foi repassado ao juiz a informação de que no Estado do Maranhão teria 60 pontos de atendimento de saúde mental espalhados, o que causou-nos uma grande surpresa, com certeza não há médicos psiquiatras e psicólogos. Daí surgiu uma idéia de que se estabelecesse uma agenda entre as autoridades de saúde do Estado, e do SUS e, como há um fórum marcado para novembro, coordenado pelo Dr. João Santana que é o juiz desta área de saúde, sugerimos a ele que a questão penal também fosse abordada, a questão das internações cautelares - quando interna quando deixa de internar, as ações cautelares-cíveis, mas a questão penal também é importante que esteja na agenda deste Fórum que ainda vai acontecer. É oportuno que nesse evento se discuta o objeto aqui desta reunião junto a esta comissão especial, que o Tribunal de Justiça criou para tratar destas questões relativas à saúde pública, dessa articulação do judiciário com a saúde, pois há muitas questões de saúde não só cível, mas do penitente que nunca foram resolvidas. Têm presos que estão em prisão preventiva quando deveriam estar em internação de saúde. Este levantamento está sendo feito e tem aproximadamente 90 internos no sistema prisional que estariam nesta condição de serem portadores de doença mental dentro do

universo de 1500 presos. Ato contínuo. Dr. Rodrigo Costa Nina, Juiz de Santa Luzia do Paruá, fez uso da palavra e deu início abordando um caso concreto, repetitivo porque já foi citado pelo Dr. Douglas, ocorrido em Santa Luzia do Paruá, onde um preso fez a perícia médica e no laudo viu-se que ele não tem condição de responder pelos seus atos e o mesmo está há 3 anos na cela, imóvel, as suas necessidades ele faz ali mesmo, os presos é que fazem sua higiene, os demais presos, estavam querendo se revoltar porque não aguentava mais esta situação. Ao longo destes anos foram feitos vários ofícios, para o Hospital Nina Rodrigues que jogou a responsabilidade no município de São Luís, este por sua vez jogou a responsabilidade no Estado do Maranhão, oficiou-se ao TJMA, à Corregedoria, mas não se conseguiu chegar numa decisão de comum acordo. Oficiou-se o diretor do Nina Rodrigues, por saber no site que tinha vagas no SUS e que se ele não recebesse seria preso. O juiz em foco concordou com o Dr Douglas que este não é o caminho, deveria ter alguma espécie de diálogo, por que esta não é a solução, não resolve o caso. O juiz parabenizou a Unidade de Monitoramento por protocolar o pedido de melhoria do Sistema, mas enquanto isto não acontece é preciso ter pelo menos soluções paliativas, para que não ocorra em Santa Luzia o mesmo incidente que ocorreu em Poção de Pedras, da pessoa chegar a morrer na cela porque o município não recebe nem na Clínica La Ravardiére, nem no Nina Rodrigues neste último sob a alegação de que só recebe apenas casos de emergência. O interno com medida de segurança fica sob a responsabilidade do Juiz, o que foi absolvido, fica sob a responsabilidade do delegado esperando a morte? Isto viola os direitos humanos. Temos que sair daqui, com uma solução paliativa para estes casos, até que a gente espere um posicionamento do poder executivo na construção destas unidades. Em seguida Maria Cristina Resende Menezes, Delegada Geral da Polícia Civil, fez uso da palavra, cumprimentou a todos e disse que assim que tomou conhecimento dessas dificuldades, que todos enfrentaram na época da morte deste preso, fato comunicado pelo Dr. Douglas, foi solicitado uma reunião com o Sr Secretário de Saúde e o Sr Secretário de Administração Penitenciária. Destacou que a Secretaria de Segurança Pública, não é responsável pelos presos. Disse que existem duas secretarias - a Secretaria de Segurança Pública composta da polícia militar, polícia cível, corpo de bombeiros e o DETRAM e a Secretaria de Administração Penitenciária que já existiu e deixou de existir algumas vezes, existe agora novamente e é responsável pelos presos. Registrhou que a polícia civil tem arcado com a responsabilidade de vigiar os presos e de mantê-los presos sem nenhuma estrutura para isso, sem pessoal, sem estabelecimentos próprios, disse que mantêm os presos condenados, ou até sob medida de segurança, dentro de celas que não foram construídas para manutenção de presos, mas para uma prisão rápida, enquanto se faz um procedimento e se encaminha. Registrhou que achava que a solução para a colocação dos presos no sistema penitenciário e sua saída das delegacias fosse resolvida em um ou dois anos, mas destaca que há na verdade há uma lentidão com relação à construção de presídios. Não coloca a responsabilidades sobre ninguém, isto sempre existiu. A solução para o problema da saída dos presos das delegacias não será urgente. Destacou que a polícia civil continua cooperando com o Estado do Maranhão, com a população maranhense, com a população carcerária, com o Judiciário, vigiando presos. Relatou que a polícia civil hoje é a menor em número do País, é menor ainda do que a polícia militar que é a última - a vigésima sétima em número de policiais, disse que terão um acréscimo de 2000 mil homens, mas a polícia civil terá um acréscimo de 300 pessoas entre delegados, investigadores, peritos, médicos, mesmo assim não passa perto da necessidade que tem, destacou que além de ter que desviar a

função do policial civil, ainda passam por estas dificuldades imensas de manter o preso doente, de manter o preso com problemas de vícios, com problemas de insanidade mental. Relatou que antes de fazer essa reunião em que solicitou a presença do Sr Secretário de Saúde e estabelecimentos penais, deu uma lida no que se refere à medida cautelar e a medida de segurança, percebeu que a medida cautelar é bem recente, de fato desconhecia, e agora sabe que inclusive cautelarmente o juiz pode decretar uma medida de segurança, andou verificando com relação ao sistema de saúde como funciona a internação hoje, e percebeu que nós estamos em duas retas opostas. O judiciário decreta medidas de segurança sem tempo, sem determinar em que condições, a motivação nem sempre, e o hospital não pode mais manter internado os doentes mentais. A doença mental hoje é tratada em casa. O que se vê hoje na psiquiatria mais moderna é - o hospital recebe o doente, recebe aquele com transtornos em crise, ele deve ser estabilizado, que é a expressão que se usa – estabilizado, após é devolvido aos familiares ou às pessoas que cuidam dele. Então, se há uma possibilidade de internação por meses ou anos, daquele que praticou um crime e a medicina diz que a psiquiatria moderna não trata mais o paciente assim, temos hoje dificuldade de entender como nós vamos chegar a um consenso. Disse que esteve conversando nesta reunião com o diretor, com a subsecretaria, com o secretário de saúde. Este entendimento de internação infinita do doente não é mais plausível na medicina. A internação por dias dificulta a manutenção do medicamento para este paciente. Muitos deles praticaram crimes hediondos e bárbaros, justamente por causa do transtorno mental dentro dos seus próprios lares ou na sua vizinhança próxima e os familiares não querem mais aquela pessoa, por serem vítimas dela. O Estado também não pode obrigar que a família o receba de volta. É o paciente que matou a mãe, que esquartejou o tio, degolou a vizinha. Não é possível que o Estado imponha àquela família que ela o receba de volta. Disse que estamos em um impasse – um impasse legal e um impasse em relação à psiquiatria. Como resolver isso é o que é mais urgente. Destacou que é preciso sentar com psiquiatras, com juristas, é preciso verificar como estabelecer essa medida de segurança. Infelizmente, a delegacia não é lugar para isso, não é lugar para manter o doente. O Estado lá no interior, na maioria das vezes não provê o medicamento, se quer, para que o carcereiro possa medicar. Disse que os policiais estão com uma dificuldade imensa na mão, e quando morre, ou suicida-se, ou alguém mata um doente mental dentro da cela, é a eles que isso afeta, a sua humanidade, na dificuldade de entender isso, são eles que ficam perto daquela pessoa, o delegado investigador, 24(vinte e quatro) horas por dia 365(trezentos e sessenta e cinco dias) por ano, sabendo que ali não é o lugar dele e ver esta pessoa se matar numa cela, sentimos isso como ser humano, a família desse preso sente isso, a mãe dele sente. Precisamos tratar este assunto com muito mais humanidade, muito mais interesse pelo que é razoável, do que a gente tomar uma decisão hoje, imediata sobre esse assunto. Disse que a polícia civil está aberta, pronta, todos estão interessados na solução. Ato contínuo Dr Douglas pediu duas coisas: que a Secretaria de Saúde do Estado e do município e o Hospital Nina Rodrigues, os quais já foram citados, fizessem uso logo da palavra. Antes de passar a palavra Dr Douglas fez um esclarecimento sobre as medidas de segurança, sobre o fato das pessoas ficarem por tempo indeterminado. Disse que a situação tem que ser reavaliada periodicamente, num prazo máximo de 03(três) anos, mas o comum é colocar um ano. Todo ano a aquela pessoa precisa passar por uma reavaliação e pode ser desinternado. Alguém pode dizer: mas isto não está acontecendo dentro de um prazo de 01(um) ano, 02(dois) ou 03(três) anos. Relatou que encontrou no



sistema esses casos de pessoas que realmente estavam internadas indefinidamente e outros casos que a pessoa estava era presa indefinidamente. Encontrou um caso de uma pessoa que estava condenado há 06(seis) anos e já estava preso há 10(dez). Acontecem estas coisas por falha do sistema como um todo. Disse que temos que tomar cuidado com isso. Destacou que a medida de segurança, não é por tempo indeterminado, a pessoa precisa passar por essa reavaliação periódica e se não está passando é porque nós estamos falhando. Ato contínuo Dr. Douglas passou a palavra para o Coordenador de Saúde Mental do Estado, Raimundo Teodoro, que cumprimentou a todos e registrou que acha muito interessante esta discussão que começa a mexer com todos, envolvendo a justiça e a psiquiatria. A discussão está mais ampla e realmente precisa ser mais ampla. Parabenizou a Dra. Glória Mafra por sua fala, quando a mesma diz que é um trabalho que não se transforma do dia para a noite, vai demorar um pouco, e quando ela diz que é necessário uma união de forças, a situação é grave e o trabalho é muito complexo. Em relação ao que o Dr Nelson colocou de que o perito não consegue e não deve avaliar em um dia o doente mental, há exceções, concorda com ele em parte, há casos que não dá para avaliar para chegar a conclusão em um dia, mas na grande maioria dos casos dá para se chegar a esta conclusão, disse que fala como psiquiatra, embora não seja perito, mas tem um longo caminho de residência na psiquiatria, a sua idade já diz isso. Concorda que na maioria dos casos dá para chegar a conclusão em um dia e, quando isto não é possível o perito deverá ter a sensatez suficiente para marcar quantos encontros forem necessários para ele chegar a sua conclusão. Destacou que teve uma reunião com Dr Nelson no Hospital Nina Rodrigues, que o juiz mesmo solicitou, e foi muito interessante, chegou-se à conclusão que há a necessidade de que os vários entes se liguem, chegou-se até a prever, a pré agendar uma espécie de seminário realizado pelos vários entes interessados, onde se poderia discutir esta situação de forma mais ampla e buscar solução. Destacou que ninguém é contra o hospital psiquiátrico, ninguém é contra a internação psiquiátrica, ela ainda existe, um dia vai acabar, não é agora ainda. Disse que entende quando as pessoas não concordam que o paciente deve ficar um mês, dois, meses, três meses ou quatro meses, ou três dias, entende isso, porque as internações antigamente eram de anos e nesse sentido a psiquiatria foi cruel, chegou a adoecer muita gente. Relatou que conhece pessoas que deram uma crise convulsiva, ou tinham um retardo mental leve, a pessoa tinha condição de trabalhar, mas tinha um retardo mental leve, foi colocado no hospital psiquiátrico, ficou dez anos, realmente adoeceu e ficou ajudando lá, não tomava remédio, disse que passou por isso, no Hospital Nina Rodrigues tinha isso também e a pessoa ficou lá por 10(dez) anos, ou por conveniência política ou porque a família tinha um preconceito antigo. O que se tem que pensar é que toda doença vai para o hospital na crise aguda, e se trata, a pneumonia por exemplo, trata, fica bom, melhora. Faz uma cirurgia, não se sai totalmente bom, sai em condições de fazer o tratamento em casa, é assim que temos que pensar a psiquiatria, é preciso pensar de uma outra forma, alguns casos precisam de mais tempo, outros menos tempo, não se tem que ficar a vida toda internado. O que se defende, não é que não haja mais internações, elas são necessárias, e uns casos são extremamente necessários, eu diria até indispensáveis, mas existe outros casos, com outras formas de tratamento que possa ajudar esta pessoa para que ela possa continuar com o tratamento em sua casa sem causar nenhum problema. Nem todo paciente, nem todo doente mental necessita de internação, assim como nem todo doente de pneumonia necessita de internação, tem condições de tratar em casa, às vezes é um surto agudo, ele passa lá pelo Ruy, no hospital Nina Rodrigues, faz a

avaliação, e o médico achou que naquele momento ele tinha condições de fazer o tratamento em casa, é claro que este paciente não está livre de ter uma crise, assim como eu não estou, estejam certos disso. Ato Contínuo Dr Douglas fez uso da palavra para fazer alguns esclarecimentos. Destacou que é entendido pelos juízes que nem todo mundo precisa de internação, mas quando é aplicada a medida de segurança é porque passou pelo crivo da defesa, passou pelo Ministério Público, passou pelo judiciário, passou pela perícia médica psiquiátrica e ao final, baseado em tudo isso foi definido que é caso de internação; então não cabe mais esta discussão, ela está superada, foi dito que é caso de internação por uma sentença judicial transitada em julgado, baseada em laudo, parecer, opinião, tudo que precisava e a justiça chegou e disse: internação! prazo – 01(um) ano para nova reavaliação, ponto final, isto não está mais em discussão, e nenhum médico pode dizer, porque um outro médico já disse, em um outro laudo, que é caso de internação, não pode chegar lá no hospital e a pessoa dizer – o médico que está de plantão naquele momento dizer- não, mas o caso dele já passou a crise e ele pode sair com uma semana, não pode, tem prazo mínimo a ser cumprido. Um membro da plenária interviro perguntando sobre os casos em que não há a reavaliação e o tempo de permanência se prolonga – Dr Douglas respondeu que está errado, não pode acontecer e nestes casos tem que haver responsabilização de todo mundo que falhou para que isso ocorresse. Isso pode acontecer e várias outras falhas, por algum outro problema dentro do nosso sistema, qualquer um pode falhar e acontecer uma coisa dessas. Não é para acontecer. A reavaliação, na maioria dos casos os juízes fixam em um ano, alguns estabelecem dois anos, três anos, mas não pode passar disso, precisa passar por esta reavaliação periódica, se não está acontecendo é uma falha que precisa ser corrigida. O que os colegas estão ali inquietos e querendo esclarecer é que na hora que sai a ordem é internação, sentença transitou em julgado é pra internar. Aconteceu o contrário com este rapaz que morreu na Delegacia de Poção de Pedras, havia uma sentença, transitado em julgado dizendo: tem que internar e ele não foi internado. Houve uma intervenção da Secretária de Saúde, Maria do Socorro Bispo dos Santos Silva, que fez uso da palavra cumprimentando a todos e disse ser muito interessante conversar com pessoas que tem um senso humano muito positivo, isso a deixa feliz por ser cidadã, ser médica e por trabalhar no sistema de saúde em que a grande determinação é a assistência de todos. Registrhou em sua fala que o sistema de saúde não divide as pessoas, nem as classes das pessoas, por conseguinte, não se pode transformar os doentes mentais em segmentos, em objetivos deste ou daquele, não se pode transformar os hospitais em uma decisão judicial. O hospital não é carcerário, não é para trabalhar para aquele segmento, nós somos Sistema Único de Saúde e nossos hospitais têm que acolher a todos; não determinações judiciais, por exemplo, tem-se que atender presos, vamos atender! Mas o sistema de saúde, o Ministério da Saúde, não faz determinações bipartites, tripartites, acordos onde gera recursos nos hospitais, baseado em aquele doente mental que necessita ser tratado naquele hospital, com aquele objetivo, com aquela determinação, isso não é sistema de saúde e isso nós não trabalhamos, porque não vai beneficiar. Enquanto os senhores juízes, que eu respeito, pedirem, se vai acatar todas as decisões, por uma determinação e por entender que a lei prevalece, mas enquanto o Hospital Nina Rodrigues for eleito para resolver um problema que necessariamente é de saúde e de todos, inclusive da saúde carcerária, da saúde judicial, não se vai chegar a lugar algum, porque lá houve uma determinação do Ministério de Saúde na década de 90, certo ou errado, de unificar totalmente o atendimento e descentralizar os atendimentos

psiquiátricos, com isso, nosso Maranhão deixou de adquirir vários hospitais psiquiátricos, ficamos apenas com o Nina Rodrigues para atender os casos de urgência e, no momento em que o caso de uma pessoa que foi apenada, foi avaliado e foi julgado, necessariamente ele não é urgência e poderá inclusive ser internado em qualquer um outro local. O que se está vendo aqui e estamos surpresa é que está tudo direcionado para a urgência, que é menor, é uma célula muito pequena. No Nina Rodrigues, temos 100 leitos, para atender a todos. Muito dos fatos, pelo que vemos, pelo pouco que entendemos de medicina e não entendemos nada de lei, são fatos crônicos que poderiam ser absorvidos. Saúde é todos os dias. É obrigação de todos nós. Saúde é a nossa secretaria que faz uma comida saudável, é termos um propósito de um bom horário de lazer, é termos trabalho, é condição de ir e vir adequadamente, tudo isso é saúde. Relatou que a assistência da saúde concorda e aceita que precisa ser discutida, mas eleger o Hospital Nina Rodrigues e dizer que o diretor poderá ser ou não preso, isto não é saúde, isto não vai levar a lugar algum, e hoje está aberta para discussão, fala em nome da Secretaria de Saúde, acredita que um hospital que tenha 100 leitos para atender a população que o SUS determina que é o Sistema Único de Saúde, a quem são vinculados, a quem obedecem diretrizes, disse que há contrapartida de recursos do Estado, mas esta contrapartida está vinculada a todo um procedimento e diretriz nacional, não pode transformar Hospital Nina Rodrigues que é para atender toda urgência do Estado do Maranhão. Destacou que ficou feliz em saber que a proposta que o Dr Douglas está fazendo ao Governo do Estado é a criação de dois hospitais, não viu o teor da proposta, não chegou até ela, mas espera que sejam hospitais também de urgência e emergência e hospitais de segmento que é o que se está precisando aqui. Disse que poderiam continuar mandando pacientes para o Nina Rodrigues, irão atender a todos, é lei, determinação judicial, foi julgado, mas todos os casos relatados, entende de medicina, não de lei, todos são de pessoas que já estão lá, que todos deveriam estar atentos, a Secretaria de Saúde, por obrigação mais ainda, mas todo um serviço social, como bem falou a Dra Mafra, nós temos o Sistema Único de Assistência Social que precisa estar presente, tem que está concomitante, e associado, é partícipe desta situação. Pediu desculpas, pela sua fala, mas queria enfatizar que está colocando não só o Hospital Nina Rodrigues, mas os CAPS, diz que estão presentes na reunião os diretores, o coordenador de saúde mental, e estão enfrentando esta política de expansão para os interiores, disse que temos que conhecer as diretrizes do SUS, hoje é preconizado à construção de hospital geral, não mais hospitais psiquiátricos. Os hospitais podem servir apenas para atendimentos de urgência emergência e daí todo um processo de seguimento, todo um processo de continuidade, junto com todas as situações sociais, humanitárias, todas as secretarias. A Secretaria de Saúde reconhece o problema, e estão enfrentando, neste enfrentamento foi criado neste ano mais uma unidade de CAPS, para enfrentar o problema, para tentar ir a casa fazer os tratamentos domiciliares, fazer o acompanhamento. Estão fazendo o que é disponível. Disse que realmente precisam de leitos hospitalares, precisam de muitos leitos, precisam de peritos, não se tem peritos no Estado. O hospital Nina Rodrigues não é habilitado para fazer perícias médicas, mesmo psiquiátricas, apesar de terem no quadro especialistas, mas não são habilitados mediante o SUS para fazer perícia que cabe a outros segmentos, de outras entidades de outras secretarias. Agradeceu a todos e disse ser muito proveitoso e gratificante está aqui para ver a opinião de todos que estão com o objetivo maior de acrescentar e melhorar não só a assistência da saúde em si, mas a assistência social como um todo. Ato Contínuo Lisieux C. Campos, representante da Coordenação de Saúde

Mental de São Luís fez uso da palavra cumprimentando a todos e parabenizando por este momento, destacando que o ano de 2012 já era para ter acontecido este momento que reúne todas as cabeças pensantes da saúde e do judiciário, nesta questão que é o preso de justiça portador de transtorno mental. Disse que estava acompanhando com muito carinho as falas dos juízes dos seus colegas, do coordenador estadual, da Dra Socorro, parabenizou a todos porque todos têm a mesma linha de pensamento, mas acha que quem labuta há alguns anos na área, vai se tornando um pouco exaustivo, participar de várias reuniões em que situações isoladas são trazidas e são extremamente angustiantes, porque a situação que os juízes trouxeram é extremamente angustiante. Disse que esta semana teve a presença durante alguns dias, dois ou três dias, de 04 consultores que são do Ministério da Saúde que vieram conversar sobre o sistema de saúde mental a RAPS - Rede de Atenção Psicossocial do Estado do Maranhão. Disse que é muito importante, a saúde não pode, nesta questão andar sem o judiciário, o judiciário não pode andar sem a saúde. Não adianta o juiz lá no interior em Santa Luzia do Paruá, bem distante, tentar encaminhar para São Luís ou São Luís se recusar ou ficar naquela questão eu mando tu não recebes! Eu recebo, tu não mandas! O problema é nosso. Temos que ver a melhor maneira de resolver. Nós da saúde mental, não podemos está na contra mão das portarias do Ministério da Saúde, como fazer isso se o judiciário nos exige uma coisa totalmente diferente, totalmente oposta - que nós temos que internar? Vem o Ministério da Saúde com todas as portarias dizendo que se internarmos mais do que é preconizado não teremos os recursos, como vamos bancar? Destacou que se tem que seguir uma linha única de pensamento que é uma descentralização do Hospital Nina Rodrigues, disse que trabalha lá, faz ambulatório no Hospital, conhece muito bem e compartilha a angústia como médica psiquiátrica, quando chega algumas decisões impondo uma internação durante longos anos. Como médica sabe que com os recursos terapêuticos tão avançados se consegue tirar qualquer paciente do surto, com prazo mínimo de 20 a trinta dias. O que fazer com os pacientes com transtorno mental delirante que cometem crimes? Mandar para o Nina Rodrigues? A questão é andar como o Ministério quer, no caso que não tenhamos mais as internações prolongadas. Temos então que dialogar com o judiciário da forma em que as RAPS têm que começar a funcionar nos 5600 (cinco mil e seiscentos) municípios deste Brasil, em todos os Estados da federação, é preciso começar com esta descentralização, onde deverão ser criadas unidades psiquiátricas em todos os municípios que tem hospitais gerais, se cada um destes hospitais que existam nos municípios pudessem disponibilizar o que é preconizado pelo Ministério – o mínimo de quatro leitos, daríamos o pontapé inicial para essas internações cautelares. Para que isso aconteça a é preciso começar a dialogar e a monitorar estes municípios. No dia 09 de julho de 2012 reuniram-se a Coordenação Estadual de Saúde Mental a municipal, o diretor do Nina Rodrigues, Coordenação da Atenção Básica, entre outras pessoas para se discutir as medidas de segurança. Nesta reunião desenhou-se um esboço de como poderia funcionar no Estado do Maranhão estes pacientes portadores de transtorno mental com medida de segurança. Não adianta jogar só para a saúde, porque nós somos leigos, Dra Socorro falou com propriedade - nós somos leigos nas leis. Nós precisamos de uma parceria constante nesse acompanhamento, neste monitoramento do judiciário, vocês têm que nos ajudar, assim como vocês precisam da nossa ajuda. Disse que nesta reunião pensaram que poderia ser feita uma comissão de avaliação, regulação e acompanhamento para aqueles pacientes com medida de segurança, esta comissão encaminharia para a urgência - manda para o Nina Rodrigues, o hospital trata a urgência, dá o diagnóstico, ele volta para esta

comissão, que precisa da presença de um jurista, de um advogado, enfim do judiciário, junto com psiquiatra. Sendo definida para este paciente a internação prolongada, encaminha-se para esta internação, ele volta com uma ficha de referência e contra-referência. O paciente foi avaliado, e foi constatado que ele está bem, ele pode ir para um CAPS que funciona de segunda a sexta de 08 às 18 horas, onde ele fica monitorado, até chegar próximo a sua residência e voltar ao caminho inverso que é o da atenção básica que é a porta de entrada do sistema. Assim a gente consegue fazer um fluxograma do atendimento na parceria da saúde com o judiciário a partir da atenção básica até a internação. Dr Douglas Interviu, dizendo que esta é a idéia, a lei prevê mais ou menos isso mesmo. O juiz pode passar da internação para o acompanhamento ambulatorial e assim por diante. O que nós precisa e definir: quando for internação para onde mandamos onde é que estão as vagas e quando for tratamento ambulatorial. Ato contínuo Lisieux C. Campos fez uso da fala apresentando a seguinte proposta: colocar medidas a curto, médio e longo prazo, porque não é de hoje para amanhã que se vai chegar no município e dizer que se está colocando 03 pacientes com transtorno mental e dizer que o hospital tem que aceitar, porque a equipe de lá não está preparada para isto. Há a necessidade de medidas exequíveis a curto prazo, a médio e a longo prazo e junto com o judiciário pode ajudar bastante. Ato contínuo Dr Douglas passou a fala para o Pastor Mário Porto representante de casas terapêuticas que cumprimentou a todos os presentes - magistrados, operadores da saúde, casas terapêuticas, sacerdotes. Relatou a sua experiência com relação à saúde preventiva, espiritual, emocional através do Instituto Vida Feliz que é uma Creche Escola na região metropolitana, que atende 80 crianças, com quatro refeições dia, possui consultório pediátrico, consultório odontológico, ginecológico. Disse que em breve vai está levando o teste do pezinho. Na instituição as crianças conseguem ter um ambiente saturado de paz, saúde e de benção. Ali começa uma nova história, porque quando instalaram a creche havia um problema sério no bairro Parque Jaí com as drogas. Há 08 anos militam lá, e conseguiram reduzir o tráfico de drogas que foi acabando, porque se uniram com o Conselho Tutelar, a Polícia Militar e a Defensoria Pública. Fundaram o CRER que é o Centro de Recuperação e Reabilitação do Maracanã, com 30 leitos. Disse que estão tendo uma experiência muito promissora com o CRER associando a psicologia e a espiritualidade. Os internos têm os devocionais, o esporte e os cursos profissionalizantes. Nesta primeira experiência de 01 ano, conseguiram recuperar e integrar 08 pessoas num universo de trinta. As 08 pessoas se formaram no curso de mecânica, estão agora com o curso de panificação. Registraram que inauguraram a uma panificadora que já está vendendo o pão na região onde estão - no Maracanã. Disse que veio adrenalizar a todos de que é importante se construir as pontes entre as instituições aqui representadas para de fato nós sairmos daqui com decisões. Chamar o Estado, os poderes, para uma união realmente. O poder judiciário, o poder legislativo, executivo e também as igrejas - católica, evangélica, todas as igrejas, fazer uma força tarefa, foi assim que conseguiram transformar o Parque Jaí num bairro de família, onde o Liceu Ribamarense II foi para lá. Com a educação chegando você não tem mais crianças na rua. É preciso fazer, nós temos feito este trabalho todo, embora sendo utilidade pública municipal, sem ajuda do poder público, somente através da iniciativa privada, conseguimos com a WAT Martins uma Kombi zero quilometro, estamos concorrendo este ano a um prêmio do Instituto HSBC, é um prêmio que devemos conquistar devido a estrutura, a força a vontade férrea de fazer alguma coisa, de fazer a diferença. Cumprimentou todos os colegas presentes, a Capelania, através da UNIPAS

representada na reunião, as demais casas que cuidam e propôs que houvesse uma maior aproximação para fazer a força tarefa. Disse que é preciso construir um diálogo, trazer a família. Relatou que aos domingos tem um encontro com as famílias dos dependentes, ali manifesta o cuidado, o carinho, porque eles já não suportavam mais, pois como se sabe o CRACK aumenta a cada dia, temos muitas "cracolândias". A Igreja Evangélica entra também, as pastorais aqui presentes, com este trabalho de tentar transformar as "cracolândias" em "cristolândias". Essa é uma utopia desafiadora, mas pode ser desmistificada com iniciativas como essa, por isso eu coloco à disposição, também a rádio 92FM, para gente suscitar este debate através do rádio e dessa forma trazer também a sociedade civil organizada, trazer os poderes constituídos para que a gente possa continuar sendo combativos no combate às drogas incansavelmente. Agradeceu a todos. Ato contínuo Dr Douglas apresentou uma proposta encaminhada pelo Frei Ribamar e solicitou que as pessoas já fizessem considerações sobre esta proposta, a proposta é de que seja criada uma comissão composta por representantes do judiciário, da Secretaria de Saúde do Município, do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública, SEJAP, representantes das Comunidades Terapêuticas e da Secretaria de Segurança. Esta comissão seria menor e com possibilidade de até aprofundar mais essa discussão, sobre o tempo em que as pessoas vão ficar presas, sobre porque que o judiciário as vezes demora para pedir a reavaliação psiquiátrica, porque o judiciário as vezes não coloca alguém que poderia ir para o tratamento ambulatorial, sobre a questão do judiciário mandar internar. Que todo este debate que estamos travando aqui fosse travado, segundo a proposta do Frei Ribamar, numa comissão menor, com estes representantes e que esta comissão, traga proposta, de acordo com a proposta da Dra Lisieux de solução emergencial de curto prazo para retirar das mãos da Dra Cristina, as pessoas que estão com ela nesta situação, e outros casos graves que nós temos. As soluções de curto prazo, não vou enumerar aqui, mas alguns, casos a Dra Cristina registrou uma delas de que o Estado poderia conveniar, abrir vaga emergencialmente, ela própria chegou a tratar com uma pessoa de uma clínica, que estava disposta a aceitar e abrir vagas emergencialmente para o representante do Estado, com soluções também de médio prazo e de longo prazo conforme a necessidade. Esta comissão traria para nossa próxima reunião e todos nós estaríamos novamente convocados, além dos que já estão aqui, nós vamos chamar outras pessoas, mas a nossa reunião, já antecipo, é sempre na primeira segunda feira do mês. No decorrer do mês esta comissão faria tantas reuniões quanto forem necessárias de tal maneira que num prazo de um mês, quando será a nossa próxima reunião, a comissão traga propostas discutidas de forma disciplinar não só com a visão médica mas com participação do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos profissionais da saúde com uma visão multidisciplinar com vários olhares para apresentar na nossa próxima reunião. Ato contínuo a palavra foi franqueada para o Sr – Edno Estevão Pereira representante da Associação Beneficente EBENEZER da APACO – Cidade Operária que está mantendo uma casa terapêutica. O mesmo cumprimentou a todos, agradeceu a oportunidade de participar da reunião, disse que é importante a sociedade está preocupada com o que estamos nos deparando, com um tremendo gigante, estamos vendo aqui que as ferramentas, os aparatos que são colocados diante do homem não tem resolvido ainda o problema. Disse que seu trabalho é parecido com o do Pastor Mário Porto que o antecedeu. Disse ser da Assembléia de Deus do bairro Cidade Operária, estão mantendo com uma casa terapêutica para dependentes químicos. Fez uso da leitura da Bíblia na Primeira Carta de Paulo aos Coríntios capítulo 13 que diz que fala da



importância do amor em todas as ações. Disse que estão trabalhando há dois anos na Cidade Operária no Bairro Apaco numa casa terapêutica. Relatou que na instituição tem psicólogo, terapeutas, trabalhos ocupacionais, oficinas de artesanato. Relatou que Deus tem abençoado este trabalho. Relatou que fizeram um levantamento por alto da última estatística e num universo de 100 homens, 15 voltaram ao seio familiar. outrora estes homens eram assaltantes, torturavam suas famílias extorquindo dinheiro para o uso de drogas. Quando ouviu os relatos de cada um deles, apesar de não entender de medicina, percebeu que há dois tipos de doenças a doença física e a espiritual. Só se pode saber se a pessoa tem uma doença espiritual se esta área for conhecida, mas a psicologia pode saber também que uma doença espiritual pode gerar um problema maior e pode se resolver através da medicação. Disse que trouxeram recentemente o pastor Alexandre, do Paraná, um homem que viveu doze anos usando droga - cocaína, seu testemunho é tremendo, hoje ele é psicólogo, é professor de história e está se formando agora em teologia. O mesmo tem um alto conhecimento teórico e prático nesta área de droga, ele deu um treinamento na instituição e eles estão aplicando aquilo que ele ensinou - vastas ferramentas de trabalho, com isso, vidas estão sendo ali transformadas, em razão de um trabalho que requer amor, como diz a Bíblia, se você não tiver amor, não adianta investir tanto dinheiro, se você não tiver amor pelo próximo. O amor pelo próximo vale a vida do homem e vale mais do que todo tesouro que tem aqui na terra. Se cada um trabalhar dessa forma, usando estas casas terapêuticas, elas são a melhor forma de tratar os dependentes químicos, porque os resultados são satisfatórios. Registrado que recebeu uma pessoa do interior de Pindaré Mirim, totalmente alucinado, foi obrigado a levá-lo ao Hospital Nina Rodrigues, o médico passou uma medicação acompanharam o uso dessa medicação, ele se recuperou e retornou para sua família no município. Disse que não tem nenhuma ajuda do município nem do Estado, quem ajuda é a própria igreja, a comunidade e os empresários. Disse que está aqui para buscar parcerias, agradeceu a Dra Eunice, do Juizado do Anil que firmou esta parceria com a instituição através do projeto Mão Dadas. Ato contínuo Dr Rodrigo Gomes de Freitas Pinheiro, representante da Defensoria Pública, fez algumas considerações a respeito do que a Dra Socorro falou, destacando que a questão, não é de eleição do Hospital Nina Rodrigues, eleição é quando se tem opção e nesse caso, só se conhece um hospital do Estado que recebe pacientes psiquiátricos que é o Nina Rodrigues, não são os juízes que elegem hospital e o sobrecarrega, só se conhece ele. Disse que o juiz não tem prazer em prender, pelo contrário, na previsão do código penal é a última medida como forma de cumprir uma ordem judicial. Não se espera prender, principalmente daqueles que se espera colaboração que são os médicos. As saídas são outras e já pensando sobre a proposta formalizada por escrito é extremamente louvável, porque é isso que se espera - uma comissão que converse com os médicos, porque quem vai dizer sobre avaliação do paciente é o médico, se a gente o mantém internado, se encaminha ou não para o tratamento ambulatorial, precisamos que eles digam por que os juízes não tem conhecimento técnico sobre esta questão. Registrado que quando se faz a reavaliação é justamente isso que se espera dos médicos, é essa segurança que o juiz precisa que às vezes não vem no laudo médico. Ato contínuo Dr Nelson Moraes Rego - juiz da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher destacou que é inédito o que se está fazendo está sendo construído um espaço que não existia até então, um espaço de diálogo, de atuação interestitucional para enfrentar um problema que nunca foi enfrentado. Esta comissão realmente vai fazer um trabalho brilhante, acredita nos representantes de cada uma dessas áreas. O importante é

que cada área assuma sua responsabilidade, a sua parcela de atuação dentro dessa comissão. Disse gostou muito da fala da Dra Socorro e da fala da Dra Lisiê no que diz respeito à informação de que onde há hospital geral pode haver um serviço de internação ou atendimento psiquiátrico, isto tem que ser construído a nível de uma agenda política pública do Estado do Maranhão, com a FAMEM, com os municípios. O município tem que assumir sua responsabilidade neste sistema, não só o Estado, cada um entra com sua contrapartida. Agora quando o judiciário diz: tem que internar é porque avaliou antes, porque já tem um parecer de um médico, ele não vai decidir nunca sem um parecer. Eu não decido. A não ser algumas situações de drogadito que está violentando a mãe dentro de casa, a mãe está com medo de morrer, ele causa desequilíbrio na casa, nessa situação, pode até sair uma ordem cautelar, mas por período de curto prazo para que se resolva imediatamente o problema, são situações que passaram do patamar de saúde para uma questão de segurança. Tem horas que os valores de saúde se chocam com os valores de segurança. Ressaltou que é necessário harmonizar os valores da saúde com os valores da justiça e segurança. Dr. Nelson registrou que de acordo com pesquisas – sobre Justiça Terapêutica do Dr. Flávio Fontes (juiz da Vara de Penas Alternativas de Recife), as internações compulsórias dos dependentes químicos surtiram um resultado melhor do que as internações voluntárias, sua pesquisa foi feita num espaço de 10 anos com drogaditos internados de forma compulsória e os resultados foram satisfatórios. Destacou que não conhece as outras unidades de saúde que estão disponíveis para encaminhar as internações, segundo Dra Socorro relatou, porque não há, existe um vazio muito grande no Estado do Maranhão. Destacou que o grupo de monitoramento vai propor ao Estado a construção de um serviço médico especializado para enfrentar esta questão, mas, enquanto isso como se vai agir? A comissão pode apontar estes caminhos. Ato Contínuo Ruy. Cruz diretor do Hospital Nina Rodrigues, fez uso da palavra destacando que quando se discute saúde mental direcionada a pessoa presa de justiça, falamos, mas não esmiuçamos quem são estas pessoas. Existem pessoas que têm condição de cumprir a pena que está sendo aplicada e que é usuário de droga. É uma política específica que está escrita na Portaria 177. Fez alguns questionamentos em relação à existência de equipes do Programa de Saúde da Família dentro do sistema penitenciário. Disse que é necessário se perguntar sobre isso e obter as respostas. Disse que um usuário de drogas dentro do sistema penitenciário que diz que se tiver uma cocaína ele melhora, está com falta de assistência por que ele poderia ter falado isso para um profissional de saúde, é possível que esteja faltando nesses casos uma ação de redução de danos e dizem que é discutível, mas é a realidade. Registrhou que os usuários de drogas necessitam ter assistência de saúde e social, pois eles podem ter dois transtornos, o mental e o compulsivo sobre as drogas. Disse que sabe que os juízes não desejam prender o diretor do hospital Nina Rodrigues, mas enquanto diretor, não está desacatando juízes, está atendendo dentro daquilo que o Sistema Único de Saúde dispõe para que atenda. Relatou que existe uma determinação judicial que impede que a unidade encaminhe os pacientes para as clínicas conveniadas ao SUS que é conveniada à prefeitura de São Luís, não ao Estado. O Hospital Nina Rodrigues é o único local de urgência e emergência, porque lá em Imperatriz tinha um hospital psiquiátrico e ele fechou. Hoje além da legislação em saúde mental que diz como tem que ser a assistência, vive-se uma grande realidade que é atender a população segundo as diretrizes do SUS e vem com o caminho da reforma psiquiátrica, com direitos humanos embutidos para garantia de direitos e, temos hoje o que muitos consideram como contra reforma, eu não concordo, considero como busca de

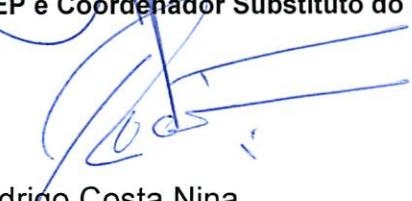
direitos, porque falecer uma pessoa dentro de uma delegacia é algo inviável, mas também, uma pessoa que foi para ficar 30 dias no hospital e passou 15 anos, também está errado, não vamos discutir aqui o que é melhor – morrer por falta de assistência em um lugar inadequado ou cumprir pena de vida? Por que é isso que a medida de segurança está se tornando no hospital, se tornou em décadas anteriores, e hoje, graças ao trabalho do Dr Douglas, nós conseguimos encontrar as pessoas que foram passar 30 dias e estão há 15 anos no hospital, como também têm pessoas que morreram lá, porque no hospital existem 100 leitos, só que desses leitos, a metade são para pacientes de longa permanência que deveriam ter possibilidades de estar em residências terapêuticas. Essa clientela se não puder ser encaminhada para as residências terapêuticas elas tem que ser encaminhadas para locais onde elas possam ser monitoradas com o monitoramento próximo de casa e a assistência também. O certo é encaminhar para o CAPS, há quem diga: não funciona! Mas O que fazer quando as coisas não funcionam? Todos sabem o que fazer. Hoje discutimos a institucionalização das medidas de segurança, mas a exemplo do que está acontecendo no Rio de Janeiro, daqui a algum tempo discutiremos a desinstitucionalização dessas medidas, vamos chegar lá. Ressaltou que é muito melhor encontrarmos maneiras de monitorar a nossa população com penas alternativas do que só com um ano. Temos que formar quando ela tem condições, temos que ter respostas compatíveis, mas não existe esta comunicação no sistema, recebemos a determinação, muita das vezes do delegado, determinação judicial, que vem com mais dados a cerca do vulgo do que da pessoa, não informa se ele teve algum atendimento de saúde, como nós não temos dentro do sistema penitenciário uma avaliação no momento que ela entra no sistema, nós temos quando ele sai. Temos que ter antes, durante e depois. Quando se fala em saúde mental realmente só existe o Hospital Nina Rodrigues como referência de urgência que todos conhecem, mas existem outras unidades, em Imperatriz por exemplo, tem um CAPES III que funciona 24 horas, mas ninguém vai ficar internado lá, um ano, a vida toda. Vai ter que ser criado um dispositivo que pode ser uma residência terapêutica, um aluguel social, pode ser uma instituição intersetorial, no qual esta pessoa fique durante o período que for necessário para que ela continue tendo assistência todos os dias. Disse que estamos ficando numa situação que vai chegar uma hora em que o hospital não vai poder atender o público que vem sem determinação judicial, só vamos poder atender aquele com determinação judicial, quando isso acontecer, infelizmente nós vamos correr o risco de termos instituições que façam outro tipo de atendimento diferente daquele que nós nos propomos, de maneira adequada que é atender pessoas que necessitam de atendimento de urgência e emergência. O Grupo deveria buscar esta determinação judicial que possibilite o encaminhamento para a Clínica La Ravardiere e para Clínica São Francisco, saber qual é o motivo, o que está descrito - porque estas clínicas são pagas pelo indenizatório, tem que se buscar isso, tem que se esmiuçar, residência terapêutica, o que significa isso? Vamos então compreender que não é o Hospital Nina Rodrigues a grande questão, é a falta de dispositivos adequados que faz com que o sistema fique do jeito que está - gente morrendo dentro da delegacia, gente vivendo e morrendo dentro do hospital por falta de nossa assistência. Ato Contínuo Dr. Nelson Rego lançou uma proposta informativa de sair um ofício circular para todos os juízes criminais do Estado para que todos tomem conhecimento das deliberações desta reunião. Ato contínuo sob a coordenação do Dr Douglas a plenária fez a escolha e votação da comissão responsável em discutir as questões relativas às medidas de segurança e internações cautelares que ficou assim constituída: da Defensoria Pública foi escolhido Heider Silva Santos, dos Direitos Humanos

foi escolhido Padre João Maria, da Secretaria de Segurança foi escolhida a Delegada de Polícia – Maria Cristina Resende Menezes, das Casas Terapêuticas foi escolhido o Pastor Mário Porto, da Secretaria da Mulher foi escolhida Maria Ideltrudes Freitas, do Ministério Público – a Promotora Rosana Conceição Gonçalves, da Secretaria Estadual de Saúde Mental foi escolhido o Coordenador de Saúde Mental Secretário Raimundo Teodoro, e da Secretaria Municipal de Saúde Mental - Lisieux C. Campos. Como coordenador foi escolhido o juiz auxiliar de São Luís - José dos Santos Costa. Ato contínuo Dr. Douglas apresentou uma sugestão de data para reunião da comissão que fosse na quarta feira da próxima semana – dia 10 de outubro, no horário da tarde, às 15 horas. Ato contínuo a coordenadora de Assistência aos Encarcerados Marilene Aranha Carneiro Silveira disse que ligaria para todos os membros da comissão confirmando a reunião. Ato contínuo Dra Maria Cristina Resende de Menezes da Secretaria de Segurança, ofereceu local para a realização da reunião – na sala da Dra Cristina localizada na Delegacia Geral que fica em frente ao DETRAM. Sem mais a tratar, o Dr. Douglas deu por encerrada a reunião, e sendo lavrada a presente Ata, que depois de lida e achada de acordo, segue assinada pelos membros participantes da reunião abaixo relacionados.

#### ASSINATURAS DOS PRESENTES:

  
Douglas de Melo Martins  
Juiz Auxiliar da 2ª VEP e Coordenador Substituto do GMF

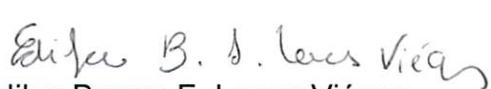
  
Nelson de Mores Rego  
Juiz titular da Vara da Mulher

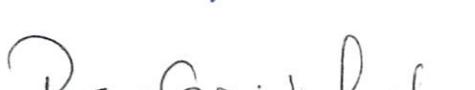
  
Rodrigo Costa Nina  
Juiz da Comarca de Santa Luzia do Paruá

  
Ana Gabriela Costa Everton  
Juíza da 2ª Vara da comarca de Pedreiras

  
Josane Araújo Farias Braga  
Juíza da 1ª Vara de Coroatá

  
José dos Santos Costa  
Juiz Auxiliar de São Luís

  
Edilza Barros F. Lopes Viégas  
Juíza da Comarca de Icatú

  
Rosana Conceição Gonçalves  
Promotora de Justiça da Execução Penal

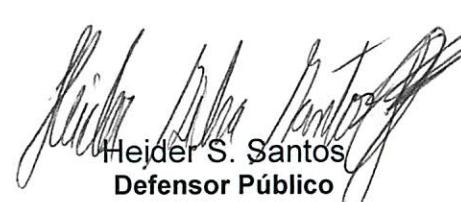


ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Maria da Glória Mafra  
Promotora de Justiça

  
Lana Cristina Pessoa  
Promotora de Justiça da Comarca de pedreiras

Rodrigo Gomes de Freitas Pinheiro  
Defensor Público

  
Heijer S. Santos  
Defensor Público

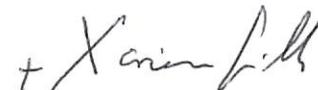
Maria Cristina Resende Menezes  
Delegada Geral de Polícia

  
Leopoldina Amélia Barros  
Subsecretária – SEJAP

José Ribamar Cardoso  
Secretário Adjunto de Justiça -SEJAP

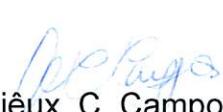
  
João Bispo Serejo  
Secretário Adjunto de Administração  
Penitenciária da SEJAP

  
Iolice de Jesus Lima Ribeiro  
SEJAP/LEMOS

  
Dom Xavier Gilles  
APAC/São Luís

  
Raimundo Teodoro  
Coordenador Estadual de Saúde Mental

  
Rui R. M. Cruz  
Diretor do Hospital Nina Rodrigues

  
Lisiéux C. Campos  
Coordenadora Municipal de Saúde Mental

  
Maria do Socorro Bispo dos Santos Silva  
Secretária Adj. da Rede da Saúde



UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

  
Cláudia Gouveia  
SEMUS

  
Paulo Henrique Hiluy Ribeiro  
Secretaria Estadual de Saúde

  
Luiz Queiroz Cruz  
Alcoólicos Anônimos

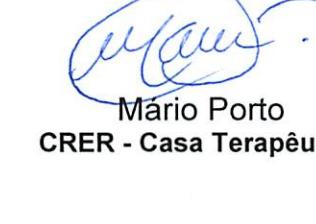
  
Karla Cristina B. Balata  
Secretaria de Saúde Mental

  
Katicilene Rodrigues  
Ambulatório Farina

  
Jean Marie Van Damme  
Presidente do Conselho de Direitos Humanos

  
Mário Porto  
CRER - Casa Terapêutica

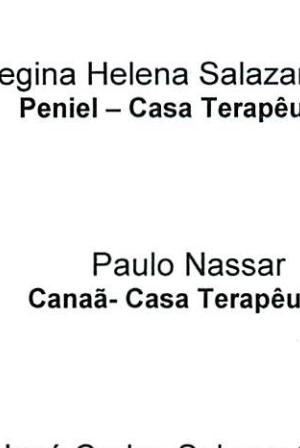
  
Ribamar Santos  
Conselho da Comunidade na Execução Penal

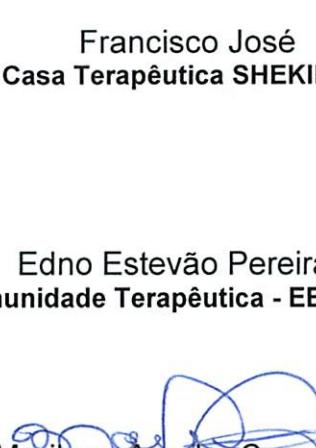
  
Regina Helena Salazar Costa  
Peniel – Casa Terapêutica

  
Francisco José  
Casa Terapêutica SHEKINAH

  
Paulo Nassar  
Canaã- Casa Terapêutica

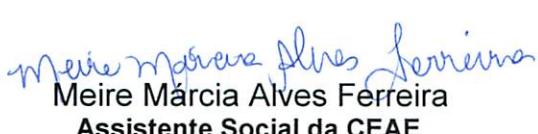
  
Edno Estevão Pereira Mendes  
Comunidade Terapêutica - EBENEZER

  
José Carlos Salazar Costa  
Peniel – Casa Terapêutica

  
Marilene Aranha Carneiro Silveira  
Coordenadora da CEAE

  
Raíssa Costa  
Assistente de Informação do TJ

  
Joina Renata Madeira Marinho  
Analista Judiciário Assistente Social do GMF

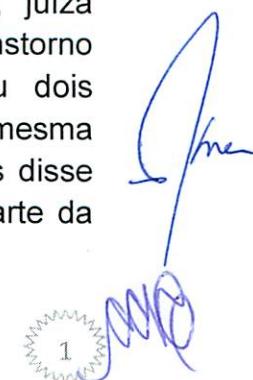
  
Meire Márcia Alves Ferreira  
Assistente Social da CEAE

  
R. Elisvaldo Cardoso Silva  
Pastoral Carcerária/APAC

## Ata da Reunião do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário

05/11/2012

No dia 05 de novembro de 2012 às 15.30 horas no Auditório do Tribunal de Justiça reuniram-se os membros do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário para discutir sobre a pauta que se registra nesta ata, a saber: A redução do número de presos provisórios, as medidas de segurança e internações cautelares no Estado do Maranhão. O trabalho foi presidido pelo Dr. Douglas coordenador substituto do grupo de monitoramento. A reunião contou com a presença de autoridades locais como Secretário da SEJAP, Juízes da capital e do interior, Defensores Públicos, representantes das Casas Terapêuticas, Conselho Penitenciário, Conselho da Comunidade e representante da Saúde Mental do Município. Dr Douglas deu início à reunião apresentando aos participantes as propostas resultantes do 1º Seminário Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei no Maranhão que se realizou no dia 1 de novembro. Registrou que neste seminário foi proposto e definido que o Estado assumirá a internação, Todos os casos de internação serão encaminhados ao Estado, tendo o Hospital Nina Rodrigues como porta de entrada, onde será feito encaminhamentos necessários. Dr Douglas destacou que apresentou os dados de pessoas com indícios de insanidade mental: 262 pessoas estão nesta situação no Estado, mais de 180 não tem nenhum laudo, apenas 94 tem laudo, 168 tem pendência de laudo para realizar, 28 estão com decisão de internação cautelar, 189 com decreto para prisão preventiva, 16 com medida de segurança e 29 estão condenados. Disse que por ocasião do seminário ficou deferido que o Estado montaria uma equipe multiprofissional constituída por médicos, psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, bioquímicos, com toda a estrutura necessária para realizar as perícias médicas com a emissão de laudo, devendo ocorrer no prazo de 45 dias após a instauração do incidente de insanidade mental. Foi definido que a equipe responsável pela emissão do laudo não será a mesma que acompanhará as pessoas em situação de internação em cumprimento de medida de segurança. Informou que o judiciário se comprometeu em agilizar a avaliação de todos os processos de pessoas que estão internadas no Hospital Nina Rodrigues e na Clínica La Ravardiere. Ato contínuo Dra Ticiane Maciel, juíza de São José de Ribamar colocou a questão dos adolescentes com transtorno mental que estão internados na Maiobinha, disse que encontrou dois adolescentes internados com indícios de transtorno mental que ela mesma percebeu, um deles inclusive tocou fogo no próprio corpo. Dr. Douglas disse que as medidas sócio-educativas para adolescentes também fazem parte da



1

demanda do grupo de monitoramento, embora no início o grupo tenha sido criado só para os encarcerados, disse que cabe aos juízes fazer o encaminhamento para o hospital Nina Rodrigues e solicitar a reavaliação a cada seis meses. Ato contínuo Bruno Maciel Dixon Defensor Público ressaltou a importância da parceria entre os órgãos do judiciário e do sistema penal, esclareceu a necessidade dos juízes do interior receberem informações do grupo de monitoramento sobre as providências junto a Secretaria de Estado da Saúde, no que diz respeito à internação cautelar e demais providências. Dr Douglas disse que o grupo de monitoramento encaminharia ofício a todos os juízes com as informações. Após a esta primeira discussão Dr Douglas apresentou dados sobre a situação de presos provisórios, registrou que no Maranhão ainda tem um percentual de 52% de presos provisórios, a média nacional é de 40%, que é considerada alta, a de 52% muito mais ainda. Disse que preso provisório é o preso sem guia, tendo guia é preso definitivo. O Maranhão já teve o pior índice de presos provisórios do Brasil. Em 2009 tínhamos 74%, diminuímos em um ano para 62%, hoje estamos com 52%. Ato contínuo Bruno Maciel Dixon Defensor Público do Estado – registrou que tem muitos presos do interior nas unidades prisionais de São Luís que já estão sentenciados mas não consta processo na Vara de São Luis, é um problema muito grave que ainda persiste, embora tenha a Resolução de nº 103 do CNJ que consta a obrigatoriedade tanto da expedição da guia provisória como definitiva ao encaminhar os presos. O mesmo registrou que tem mais de 40 casos desses, isto gera um clima de instabilidade muito grande dentro dos presídios, porque não tem como dar respostas às detentos inclusive sobre progressão. Disse que protocolou um ofício junto ao grupo de monitoramento com a sugestão de que o grupo recomendasse à própria secretaria de justiça que somente recebesse estes presos condenados, oriundos do interior do estado mediante comprovação do envio dos autos eletronicamente ao sistema VEP E CNJ, com base nisto diminuiríamos estes casos de presos condenados no interior, custodiados em São Luis sem processo na 1ª VEP. Disse que seria salutar que o grupo de monitoramento recomendasse aos juízes do interior do estado que casos de movimentação processual, qualquer decisão de algum incidente, recebimento e denúncia, encaminhasse tudo isso para o estabelecimento prisional em que o preso está, para constar no prontuário isto facilitaria o acompanhamento de excesso de prazo e outros problemas que possam surgir durante a estadia deste preso na capital. Dr Douglas respondeu à sugestão do Dixon dizendo que não é possível esta alternativa de condicionar a vinda porque a competência da execução é do local onde a pessoa se encontra, portanto, ele não pode mandar a guia antes de mandar o preso. Ato Contínuo Holice C. Barros juiz da 1ª Vara de Grajaú disse que os juízes tem um grande problema no interior – a finalização da instrução de sentença por



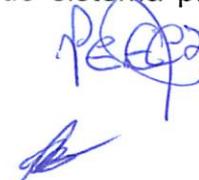
PE/ES



2



conta da dificuldade de realização das audiências, cumprimento de precatórias e a concentração de todos estes atos, uma vez que é difícil juntar as partes do processo. Disse que na maioria das vezes a testemunha mora numa cidade, a defesa em outro e há dificuldades de se juntar todos para a realização das audiências. Dr. Douglas disse que já foi apresentada uma solução para isso – quando for no Estado do Maranhão o grupo de monitoramento pode intermediar isso pelos contatos diários que mantém com os órgãos. No âmbito nacional o CNJ criou os juízes de cooperação. No Maranhão o presidente do TJ indicou o juiz Nilo que pode fazer estas intermediações necessárias. Ato contínuo Rodrigo Nina – juiz de Santa Luzia do Paruá – sugeriu que se melhorasse a comunicação entre os juízes da capital e do interior, assim que o preso for transferido se comunicar imediatamente ao juiz da comarca de onde o preso teve origem. Ato contínuo, João Bispo Serejo representante da SEJAP disse que foi instalada a CIP – Central integrada de Informações Penitenciária e o SGP, e será disponibilizado para todo o poder judiciário. Registrou que foi feito um levantamento de todos os presos que estão no sistema prisional, foram colocados dados em um livro feito pela CCPJ de Pedrinhas onde se analisou a situação de 230 presos que estão sem guia, foi encaminhado ao Tribunal de Justiça. Serejo Disse que por falta de estrutura do sistema penal no interior estes presos vão para as audiências e retornam para o sistema penal da capital. Disse que a SEJAP está buscando melhorar a estrutura do interior para que haja mais vagas e não se tenha mais a necessidade de se encaminhar os presos para a capital, já criaram vagas em Santa Inês, Davinópolis e 160 vagas em Imperatriz para resolver este problema, para que o preso possa cumprir a pena junto a sua comarca de origem. Esta tem sido a política da SEJAP. Disse que se tem hoje cinco mil presos, deveríamos ter hoje no maranhão no mínimo mil agentes penitenciários para suprir a necessidade, hoje só temos 385 agentes . Após levantar um conjunto de discussões e debater sobre a problemática dos presos provisórios no sistema prisional do Estado do Maranhão no tocante à superlotação dos presídios e delegacias, Dr Douglas destacou que há dois meses protocolou uma proposta para o governo do Estado para o enfrentamento desta problemática relativa a ampliação de vagas, concurso público para agentes penitenciários entre outras demandas, e ainda não obteve nenhuma resposta. Disse que o representante do Conselho Nacional de Justiça, presente no Seminário Estadual que discutiu medidas de segurança e internação cautelar, reclamou desta demora do governo do Estado em dar uma resposta a esta situação. Relatou que o Ministro Aires Brito enviou ofício a governadora solicitando que atenda as reivindicações do grupo de monitoramento, mas também ainda não foi atendido. Ato contínuo Dr Sérgio Tamer lançou a proposta de se protocolar as solicitações das demandas para melhoria do sistema prisional



para a Secretaria de Administração e para a Casa Civil, caso estas não respondam se encaminharia diretamente para a governadora. Após debater os assuntos em pauta os participantes da reunião do grupo de monitoramento apresentaram as seguintes deliberações:

- comunicar aos juízes do interior todas as providências tomadas com relação aos presos com transtorno mental melhorando assim a comunicação;
- enviar ofícios para o Secretário de Estado da Casa Civil e ao Secretário de Estado de Administração, tendo como objetivo obter informações sobre a não inclusão de cargos de agente penitenciário no atual concurso do Estado e/ou se há expectativa de outro concurso em curto prazo que contemple estes cargos;
- que a SEJAP faça um levantamento por comarca em planilha Excel de presos que estão sem Guia de Execução, e encaminhe esta informação para a Unidade de Monitoramento a fim de que esta possa encaminhar ofícios aos juízes solicitando o encaminhamento do referido documento;
- solicitação aos participantes do grupo que enviasse por e-mail sugestões e outros assuntos que gostariam de debater na próxima reunião do GMF que se realizará no dia 3 de dezembro;
- destaque da importância da continuidade da participação de vários juízes tanto da capital como do interior, promotores, defensores públicos, representantes de Conselhos, APACS, SEJAP, Conselhos de Direitos Humanos, Pastoral Carcerária, SEMCAS, SEMUS, para conhecerem e debaterem a problemática carcerária, assim como foi nesta reunião – redução do número de presos provisórios, medidas de segurança e internação cautelar.

Sem mais a tratar deu-se por encerrada a reunião, sendo lavrada a presente Ata, que depois de lida e achada de acordo, segue assinada pelos membros participantes da reunião abaixo relacionados:

#### ASSINATURA DOS PRESENTES:

Douglas de Melo Martins  
Juiz Auxiliar da 2ª VEP e Coordenador Substituto do  
GMF

Rodrigo Costa Nina  
Juiz de Santa Luzia do Paruá

4



UNIDADE DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO

Ticiane Maciel  
**Juíza de São José de Ribamar**

  
**José dos Santos Costa**  
**Juiz Auxiliar de São Luís**

Edmar Fernando Mendonça  
Braga  
**Juiz Titular da 2ª VEP São Luís**

  
**Juíza da 1ª Vara de Coroatá**

Holídice de C. Barros  
**Juiz Titular da 1ª Vara de Grajaú**

  
**Ana Gabiela costa everton**  
**Juíza Titular de Pedreiras**

Reginaldo de Jesus C. Júnior  
**Juiz Titular da 2ª Vara de Viana**

Luís Otávio Rodrigues de Moraes  
**Defensor Público**

Bruno Maciel Dixon  
**Defensor Público**

César Carlos da C. Veloso  
**Delegacia Geral de Polícia Civil**

José Ribamar Cardoso  
**Secretário Adj. Justiça**

Kécio Rabelo  
**Advogado SEJAP**

  
**Sérgio Tamer**  
**Secretário SEJAP**

  
**João Bispo Serejo**  
**Sec. Adj de Adm. Penitenciária/ SEJAP**



Lisiêux C. Campos  
Coordenadora Municipal de Saúde Mental

Cláudia Gouveia  
Sec. da Mulher

Katicilene Rodrigues  
**Ambulatório Farina**

Ítalo Antônio  
**Psicólogo SEMCAS**

Pe Elisvaldo C. Silva  
**Pastoral Carcerária/APAC**

Simone Silva Barbosa  
**Presidente APAC/Pedreiras**

Xavier Gilles  
**Presidente da APAC/SLZ**

Maria Soraia A. P. Saraiva  
**Repres. de C. Terapêuticas/DIJOMA**

Carla Maria S. Silva  
**Repres. de C. Terapêuticas/CRER**

Francisco Castro Moraes  
**Presidente do Conselho Penitenciário**